

**UNIVERSIDADE DE RIO VERDE (UniRV)
FACULDADE DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS**

LARISSA SILVA FURTADO

**GOVERNANÇA CORPORATIVA NO TERCEIRO SETOR: um estudo
sobre os níveis de divulgação das fundações pertencentes ao GIFE**

**RIO VERDE, GO
2018**

LARISSA SILVA FURTADO

**GOVERNANÇA CORPORATIVA NO TERCEIRO SETOR: um estudo sobre os níveis
de divulgação das fundações pertencentes ao GIFE**

Monografia apresentada à Banca Examinadora do curso de Ciências Contábeis da Universidade de Rio Verde (UniRV) como exigência parcial para obtenção do título de Bacharel em Ciências Contábeis.

Orientador: Prof. Me. André Henrique Sousa Barros.

RIO VERDE, GO

2018

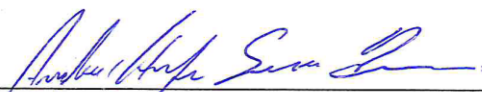
LARISSA SILVA FURTADO

**GOVERNANÇA CORPORATIVA NO TERCEIRO SETOR: UM
ESTUDO SOBRE OS NÍVEIS DE DIVULGAÇÃO DAS
FUNDAÇÕES PERTENCENTES AO GIFE**

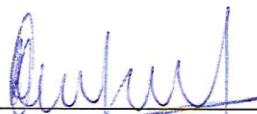
Trabalho de Conclusão de Curso II apresentado a Banca Examinadora do Curso de Ciências Contábeis da Universidade de Rio Verde (UniRV), como exigência parcial para obtenção do título de Bacharel em Ciências Contábeis.

Rio Verde, Goiás, 06 de dezembro de 2018

BANCA EXAMINADORA



Prof. Me. André Henrique Barros
Universidade de Rio Verde (UniRV)



Prof. Dr. Ivone Vieira Pereira
Universidade de Rio Verde (UniRV)



Prof. Ma. Eliene Aparecida de Moraes
Universidade de Rio Verde (UniRV)

Dedico este trabalho a Deus, por me oferecer condições de realizá-lo, pelo seu amor e pela sua infinita misericórdia por mais uma missão concluída. Aos meus pais e meu irmão, por fazerem parte da minha vida e estarem juntos comigo nessa jornada, que sempre me deram forças e me incentivaram para alcançar meus objetivos, e ao meu namorado, por seu companheirismo, paciência e amor em todos os momentos.

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a Deus, por ser essencial em minha vida, autor do meu destino, meu guia e socorro presente na hora das angústias. Aos meus pais, Laudemar Crisóstomo Furtado e Solange Silva Furtado e ao meu irmão Laudemar Crisóstomo Furtado Júnior, que com muito carinho e apoio não mediram esforços para que eu chegasse nesta etapa da minha vida.

Ao meu namorado Fabricio Ferreira de Oliveira, por estar sempre ao meu lado, pelo companheirismo, amizade, paciência e por me apoiar em todos os momentos. Aos meus amigos Cleidionaldo, Thaynara, Roberta, Carlos, Rafaela e Jose Filho, pela amizade, pelo apoio e pelo companheirismo de todos.

Agradeço em especial o meu orientador André Henrique Sousa Barros, pela confiança, por todos os ensinamentos, pela paciência, por me conduzir a concluir este trabalho. E a todos os professores da UniRV, que foram tão importantes na minha vida acadêmica e no desenvolvimento desta monografia.

Agradeço as minhas colegas Lívia Cardoso Silva de Jesus Ribeiro e Luana Rayane de Paula Pereira, pelos momentos de compreensão, de conhecimento, de partilha, pelo apoio e amizade. E a todos os meus colegas, Francieni de Lima, Thais Oliveira, Luciana Martins e Vanessa Pires, pelos quatro anos de faculdade.

RESUMO

No Brasil, o terceiro setor está cada vez mais ocupando papel significativo na sociedade organizacional, coexistindo com dois outros setores: o primeiro setor, representado pelo governo, e o segundo setor, representado pelo mercado de empresas privadas com fins lucrativos. Dessa forma, a sociedade tem buscado prover algumas demandas sociais através de entidades sem fins lucrativos, que por sua vez acabam complementando a ação do setor público. As entidades não governamentais podem receber uma série de benefícios mediados pelo Estado, tornando essencial a observância a determinados itens de prestação de contas. Dentro desse cenário de preocupação com a prestação de contas e a eficiência das ações desempenhadas por essas entidades paraestatais, tem-se o desafio da implementação da governança corporativa no terceiro setor, sendo um instrumento de notória eficiência no âmbito privado. Sendo assim, a governança corporativa busca ser um diferencial importante nos tempos atuais, sendo utilizada como ferramenta para a gestão e transparência especialmente no âmbito privado, possuindo como campo potencial as entidades sem fins lucrativos, afim de melhorar os níveis de transparência na gestão de recursos e nas ações desempenhadas por essas organizações filantrópicas na sociedade. O presente trabalho teve como objetivo apresentar o nível de aderência das fundações pertencentes ao GIFE no que tange as práticas de governança corporativa. A pesquisa caracteriza-se como descritiva, utilizando procedimento bibliográficos e documentais, sendo abordagem escolhida a qualitativa e a coleta de dados denominada como indireta. Na realização da pesquisa foram analisados os indicadores da plataforma do GIFE em relação 54 fundações que se propuseram a informar os itens necessários para implementação das melhores práticas de governança corporativa. Conclui-se que o processo de convergência ainda se encontra em fase embrionária de consecução, visto que, na média geral o percentual de divulgação das fundações foi de 63,31% sem atribuição de escores aos itens do painel e 58,75% quando atribuído níveis de importância as informações apresentadas. Quando observado os itens nota-se que somente 02 das 54 fundações publicaram todas as informações pertinentes aos quesitos.

Palavras-chave: Terceiro Setor. Governança Corporativa. GIFE.

ABSTRACT

In Brazil, the third sector is increasingly occupying a significant role in the organizational society, coexisting with two other sectors: the first sector, represented by the government, and the second sector, represented by the market of private for-profit companies. In this way, the company has sought to provide some social demands through non-profit entities, which in turn end up complementing the action of the public sector. Nongovernmental entities can receive a series of state-mediated benefits, making compliance with certain items of accountability essential. Within this scenario of concern about the accountability and efficiency of the actions performed by these parastatal entities, the challenge is to implement corporate governance in the third sector, being an instrument of notorious efficiency in the private sphere. Therefore, corporate governance seeks to be an important differential in the current times, being used as a tool for management and transparency especially in the private sphere, having as a potential field the non-profit entities, in order to improve the levels of transparency in the management of resources and in the actions taken by these philanthropic organizations in society. The present work had as objective to present the level of adherence of the foundations belonging to the GIFE in what concerns the practices of corporate governance. The research is characterized as descriptive, using bibliographical and documentary procedures, being chosen the qualitative approach and the collection of data denominated as indirect. In the accomplishment of the research the indicators of the GIFE platform were analyzed in relation to 54 foundations that set out to inform the necessary items for implementation of the best practices of corporate governance. It is concluded that the convergence process is still at an embryonic stage of achievement, since, in the general average, the percentage of disclosure of foundations was 63.31%, with no assignment of scores to panel items and 58.75% when attributed levels of importance the information presented. When observing the items, it is noted that only 02 of the 54 foundations published all pertinent information to the questions.

Keywords: Third Sector, Corporate Governance, GIFE.

LISTA DE QUADROS

QUADRO 1 – Características da Entidade do Terceiro Setor	16
QUADRO 2 – Indicadores GIFE.....	28
QUADRO 3 – Indicadores	30
QUADRO 4 – Questionário	34
QUADRO 5 – Análise de todas as entidades do GIFE.....	44

LISTA DE GRÁFICOS

GRÁFICO 1 – Grupos do GIFE	35
GRÁFICO 2 – Itens mais divulgados	37
GRÁFICO 3 – Itens menos divulgados	38
GRÁFICO 4 – Divisão por Grupos	40
GRÁFICO 5 – Divisão por áreas - pesos	42

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	11
1.1 PROBLEMA DE PESQUISA	12
1.2 OBJETIVO	12
1.2.1 Objetivo Geral	12
1.2.2 Objetivo específico	12
1.3 JUSTIFICATIVA.....	13
1.4 DELIMITAÇÃO.....	14
2 REFERENCIAL TEÓRICO	15
2.1 TERCEIRO SETOR.....	15
2.2 TIPOLOGIAS	17
2.2.1 Associações, Entidades Religiosas e Partidos Políticos	17
2.2.2 Fundações.....	19
2.3 GOVERNANÇA CORPORATIVA	21
2.3.1 Conduta, conflito de interesses e divulgação de informações	24
2.3.2 A implantação da governança corporativa nas entidades do terceiro setor	26
2.3.3 GIFE – grupo de institutos fundações e empresas	27
3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS.....	31
3.1 CLASSIFICAÇÃO DA PESQUISA.....	31
3.2 NATUREZA DA PESQUISA	32
3.3 COLETA DE DADOS E METODO DE ANÁLISE	32
3.4 POPULAÇÃO, AMOSTRA E PERÍODO DO ESTUDO	34
4 ANÁLISE DE DADOS.....	36
4.1 ITENS MAIS DIVULGADOS PELAS FUNDAÇÕES PARTICIPANTES DO PAINEL GIFE	36
4.2 ITENS MENOS DIVULGADOS PELAS FUNDAÇÕES PERTENCENTES AO PAINEL GIFE.....	38
4.3 ADERÊNCIA DOS ITENS SEGUNDO AS ÁREAS DE ATUAÇÃO DAS FUNDAÇÕES.....	39
4.4 NÍVEL DE ADERÊNCIA APÓS ATRIBUIÇÃO DOS ESCORES	41
4.5 NÍVEL DE ADERÊNCIA DE TODAS AS ENTIDADES PERTENCENTES AO GIFE.....	43

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	47
REFERÊNCIAS.....	50
APÊNDICES	55

1 INTRODUÇÃO

No Brasil, o terceiro setor está cada vez mais ocupando papel significativo na sociedade organizacional, coexistindo com dois outros setores: o primeiro setor, representado pelo governo, e o segundo setor, representado pelo mercado de empresas privadas com fins lucrativos. Assim, a própria sociedade tem buscado prover suas necessidades de forma organizada, objetivando melhorar as condições de qualidade de vida, através da organização de entidades sem fins lucrativos que executam atividades filantrópicas, priorizando as atividades sociais e complementando a ação dos governos (AVILA & BERTERO, 2016; NETO, 2013).

O número de entidades classificadas como sem finalidade de lucros correspondem, até o ano de 2010 (último senso realizado), a 290,7 mil Fundações Privadas e Associações sem Fins Lucrativos (Fasfil) no Brasil, gerando cerca de 25 milhões de empregos e possuindo participação de 1,4% no Produto Interno Bruto nacional (IBGE, 2010). Também são incluídas como no terceiro setor os Partidos Políticos e Instituições Religiosas, ambos equiparados no aspecto legal às Associações (MROS, 2014).

Apesar de não serem incluídas como participantes da administração pública, essas entidades não governamentais podem receber uma série de benefícios mediados pelo setor público, tornando essencial a observância a determinados itens de prestação de contas a seus interessados diretamente e à sociedade de forma geral. Além disso, ainda contam com subsídios e suporte crescente das entidades pertencentes ao mercado privado, tornando a profissionalização e o comprometimento da gestão nessas entidades uma consequência necessária (BENTO, 2010; MACHADO, 2014).

Nesse cenário, a governança corporativa que originalmente surgiu em resposta à necessidade de reduzir a assimetria informacional existente nos relacionamentos entre gestores e investidores nas organizações do mercado, despertou interesse de algumas entidades, que por sua vez formaram, em 1989, o GIFE – Grupo de Institutos Fundações e Empresas. O GIFE apresenta como principal objetivo promover a expansão e divulgação de conhecimento, ferramentas, informação e as melhorias nas práticas para o bom desenvolvimento institucional das organizações de terceiro setor, funcionando como um grupo de cooperação mútua e espontânea para impulsão e fortalecimento da governança corporativa no terceiro setor.

Diante disso, alguns estudos têm apontado para ferramentas de melhoramento na gestão de recursos dessas entidades filantrópicas, em especial nas associações, fundações e organizações religiosas. A governança corporativa busca ser um diferencial importante nos tempos atuais, sendo utilizada como ferramenta para a gestão e transparência, fornecendo informações sobre as entidades, desde a missão até as políticas institucionais (OLIVEIRA et al., 2015).

1.1 PROBLEMA DE PESQUISA

O presente estudo tem como problema de pesquisa a seguinte proposição: qual o nível de aderência apresentada pelas fundações em relação às práticas de governança corporativa?

1.2 OBJETIVO

Neste item serão abordados os objetivos da pesquisa, sendo divididos em objetivo geral e objetivos específicos.

1.2.1 Objetivo Geral

Esta pesquisa tem por objetivo apresentar o nível de aderência das fundações pertencentes ao GIFE no que tange às práticas de governança corporativa.

1.2.2 Objetivo específico

- a) Apresentar os conceitos de terceiro setor e governança corporativa;
- b) Identificar as fundações adeptas às práticas de governança corporativa;
- c) Apresentar as áreas de atuação das fundações cadastradas no GIFE;
- d) Apresentar os níveis de aderência das fundações em relação aos itens estipulados pelo GIFE para as melhores práticas de governança corporativa.

1.3 JUSTIFICATIVA

Segundo o GIFE (2016), a gestão corporativa, ao passar dos anos, está crescendo no meio da sociedade, procurando contribuir com a transparência e a confiabilidade dos investidores. Sendo um sistema pelo qual as empresas e organizações são administradas e controladas, envolve sistematicamente, dessa maneira, o modo como a organização estrutura seus processos, regulamentos, estratégias e sua tomada de decisão. A governança é essencial para as organizações, fortalecendo-as, para que cumpram com sua missão e com a sua finalidade pública.

O terceiro setor vem ganhando cada dia mais espaço no Brasil, 12 milhões de pessoas estão envolvidas de algum modo com as entidades do terceiro setor (Fundações Privadas e Associações sem Fins Lucrativos – Fasfil, 2010). Segundo os dados do IBGE (2017), em 2010, havia 290,7 mil Fundações Privadas e Associações sem Fins Lucrativos (Fasfil) no Brasil, voltadas, predominantemente, à religião (28,5%), associações patronais e profissionais (15,5%) e ao desenvolvimento e defesa de direitos (14,6%). As áreas de saúde, educação, pesquisa e assistência social (políticas governamentais) totalizavam 54,1 mil entidades (18,6%).

As Fasfil concentravam-se na região Sudeste (44,2%), Nordeste (22,9%) e Sul (21,5%), estando menos presentes no Norte (4,9%) e Centro-Oeste (6,5%). Dessas instituições, 72,2% (210,0 mil) não possuíam sequer um empregado formalizado, apoiando-se em trabalho voluntário e prestação de serviços autônomos. Nas demais, estavam empregadas, em 2010, 2,1 milhões de pessoas.

Tornando-as relevantes para a pesquisa em diferentes campos de estudos, nesse aspecto, Avila e Berteiro (2016) afirmam que essa relação entre a contabilidade no terceiro setor e governança corporativa ainda não dispõe de estudos com exploração satisfatória, fazendo o presente estudo desempenhar um papel de complementação potencial aos achados teóricos e empíricos.

1.4 DELIMITAÇÃO

Esta pesquisa delimita-se às fundações brasileiras associadas no grupo GIFE, sendo analisadas somente as informações pertinentes aos dados fornecidos espontaneamente no portal de governança corporativa voltada para o terceiro setor no ano de 2017, ou seja, não abrange outros demonstrativos ou ações contempladas em outras fontes internas ou externas de aplicação.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

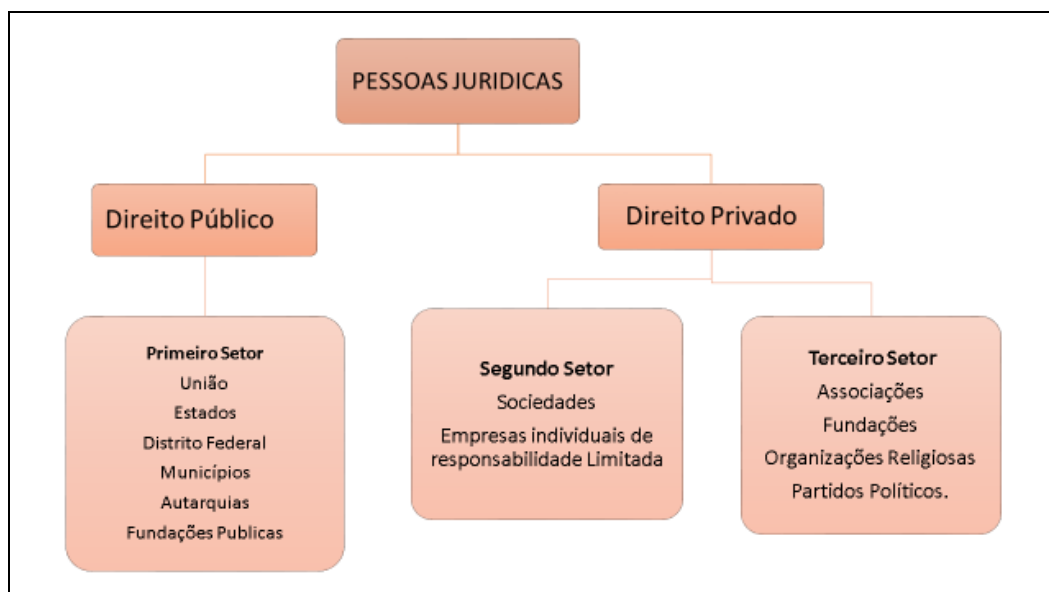
Nesse capítulo, apresenta-se o conceito do terceiro setor, as classificações das tipologias, as certificações que as entidades podem adquirir e o conceito sobre a governança corporativa.

2.1 TERCEIRO SETOR

De acordo com Bento (2010), o terceiro setor é visto como uma relação entre o primeiro setor e o segundo setor, na qual o terceiro setor completa o ciclo entre o Estado (primeiro setor) e o setor empresarial (segundo setor), visto que se identificam lacunas de atingimento social quando observado os dois setores (Estado e empresa). Desse modo, o terceiro setor veio para integrar e oferecer serviços através das organizações, fundações, entidades religiosas e os partidos políticos que se mobilizam para desenvolver atividade para a assistência social.

De uma maneira simples, Slomski et al. (2012, p. 07) trazem uma forma resumida desses 3 tipos de setores:

FIGURA 1 – Estrutura da economia moderna



Fonte: SLOMSKI et al., 2012, p. 7.

De acordo a Figura 1, o terceiro setor é classificado como entidade sem fins lucrativos e é subdividido por: associações, fundações, organizações religiosas e os partidos políticos.

Segundo Oliveira e Durãs (2014),

São pertencentes ao Terceiro Setor: associações, fundações, organizações religiosas, organizações sindicais e os partidos políticos. A existência do primeiro, segundo e terceiro setor é indispensável para a sociedade como um todo, posto que estejam interligados, e um supre as necessidades do outro, de forma harmoniosa, reconhecendo ser impossível atingir seus objetivos de forma isolada do Terceiro Setor. O administrador das organizações do terceiro setor é quem vai garantir de forma objetiva e responsável a entidade para que este alcance a diretriz proposta pela a organização, e cumpra com êxito o papel que lhe foi destinado (OLIVEIRA; DURÁS, 2014, p. 20).

Bettiol Junior, Barbieri e Martins (2004) dizem que uma das características que se destaca no terceiro setor é a diversidade e a dessemelhança das organizações que a compõem. Alguns exemplos dessas entidades são: clubes esportivos, associações com cuidado de idosos, associações com educação de crianças, hospitais, universidades privadas, igrejas, partidos políticos e sindicatos.

De acordo com Olak e Nascimento (2010), resumindo as principais características das entidades sem fins lucrativos:

QUADRO 1 – Características da Entidade do Terceiro Setor

Objetivos Institucionais	Provocar mudanças sociais
Principais Fontes de Recursos Financeiros e materiais	Contribuições, doações, subvenções e prestações de serviços comunitários.
Lucro	Meio para atingir os objetivos institucionais e não um fim.
Patrimônio/Resultados	Não há participação/distribuição aos provedores.
Aspectos Fiscais e Tributários	Normalmente são imunes ou isentas.
Mensuração do resultado social	Difícil de ser mensurado monetária e economicamente.

Fonte: OLAK; NASCIMENTO, 2010. p. 7.

As entidades sem fins lucrativos podem ser caracterizadas como instituições do direito privado cujo propósito consiste em promover mudanças sociais através de um patrimônio constituído ou por conjunto de pessoas em interesses coletivos comuns, ambos se caracterizando pelo suporte vinculado às doações e subvenções (OLAK; NASCIMENTO, 2010).

2.2 TIPOLOGIAS

A seguir serão apresentadas as classificações concedidas pelo setor público às entidades do terceiro setor.

2.2.1 Associações, Entidades Religiosas e Partidos Políticos

São associações pessoas jurídicas formadas por grupo de pessoas físicas que se reúnem com intuito de realização de atividades não econômicas. De acordo o Código Civil em seu Art. 53, essa união de pessoas é vinculada a um objetivo comum, o qual não possui finalidade de obtenção de lucros. Para a abertura da associação é necessário o cumprimento de algumas etapas: “1º assembleia geral de criação da organização; 2º aprovação dos estatutos; 3º eleição do membro da diretoria; 4º posse dos membros da diretoria; 5º lavratura das atas das reuniões; 6º registro dos atos constitutivos” (FRANÇA et al., 2015, p.7).

O estatuto deve conter alguns requisitos obrigatórios, segundo o Artigo 54 do Código Civil, entre eles: denominação às atividades e à sede da associação; admissão, demissão e exclusão dos associados; direitos e deveres dos associados; as fontes estabelecidas para o recurso da manutenção da associação; o modo da constituição e funcionamento dos órgãos deliberativos; condições para alteração da disposição estatutária e para a dissolução e a forma de gestão administrativa e de aprovação das contas.

Segundo França et al. (2015), a administração dos associados é formada de acordo com a assembleia geral, diretoria executiva e o conselho fiscal. Bento (2010) afirma que a assembleia geral tem a função de organizar as prestações de contas do órgão executivo da entidade, e que todos associados tenham acesso direto sobre as contas das associações, incluindo os registros contábeis e todos os documentos obrigatórios da associação.

De acordo com França et al (2015), na associação há outro órgão obrigatório, que é responsável pela gestão e que recebe várias denominações usuais, sendo: Diretoria-Executiva, Direção-Geral, Diretoria Administrativa, Secretária Executiva, entre outros. São responsáveis pelas diretrizes aprovadas pela assembleia geral que constam definidas no estatuto.

No estatuto, de acordo França et al. (2015), são estabelecidas as seguintes regras para a Diretoria-Executiva:

- a) Representar judicial e extrajudicialmente a entidade;
- b) Contratar e demitir empregados;
- c) Gerir os recursos da entidade;
- d) Expedir normas operacionais e administrativas necessárias às atividades;
- e) Cumprir e fazer cumprir o estatuto e outras normas internas;
- f) Cumprir e fazer cumprir as deliberações da Assembleia Geral e do Conselho Deliberativo, caso existente;
- g) Realizar convênios, acordos, ajustes e contratos, inclusive os que constituem ônus, obrigações ou compromissos para a entidade;
- h) Elaborar balancetes e prestação anual de contas, observando as normas da contabilidade;
- i) Proporcionar à Assembleia Geral e ao Conselho Deliberativo, caso existente, todas as informações e os meios necessários ao efetivo desempenho de suas atribuições;
- j) Prestar contas dos recursos e das atividades à Assembleia Geral ou Conselho Deliberativo (FRANÇA et al., 2015, p 38).

Segundo Bento (2010), a Diretoria Executiva pode ser exercida somente por uma pessoa ou de forma colegiada, que é um modelo de gestão democrático, constituído por 6 membros, composto por: Presidente, Vice-Presidente, 1º e 2º Secretários, 1º e 2º Tesoureiros.

De acordo com a Lei 10.406/2002 e 11.127/2005, o conselho fiscal será composto por 3 membros, com o objetivo de fiscalizar e dar o parecer para todos os da Diretoria Executiva da Associação, com as seguintes atribuições:

- I.** Examinar os livros de escrituração da Associação;
- II.** Opinar e dar pareceres sobre balanços e relatórios financeiro e contábil submetendo-os a Assembleia Geral Ordinária ou Extraordinária;
- III.** Requisitar ao 1º Tesoureiro, a qualquer tempo, a documentação comprobatória das operações econômico-financeiras realizadas pela Associação;
- IV.** Acompanhar o trabalho de eventuais auditores externos independentes;
- V.** Convocar Extraordinariamente a Assembleia Geral (Lei 10.406/2002 e 11.127/2005, p.9).

Segundo a Lei 10.406/2002 e 11.127/2005, o conselho fiscal deve se reunir uma vez por ano, na segunda quinzena de janeiro, quando convocado pelo Presidente da Associação, ou pela maioria dos membros.

França et al. (2015) afirmam que as entidades religiosas são pessoas jurídicas, compostas por indivíduos que se reúnem para a profissão de fé e crenças em determinados grupos locais, realizando, em alguns casos, atividades de interesse social. Já Brito (2013) diz que as organizações religiosas precisam abrir uma associação para que possam desenvolver o seu trabalho, não somente envolvendo a crença e a fé, mas também com o pensamento de ajudar a sociedade, fazendo um trabalho voluntário para ajudar as pessoas mais carentes onde o Estado não alcança.

As organizações religiosas são para colaborar com a sociedade, prestando serviço para o meio social, tanto para a saúde quanto para a alimentação e outros problemas sociais. Sendo assim, o Código Civil Brasileiro declarou uma forma diferente para as entidades religiosas, assegurando uma isenção de pagamento de impostos diferente das outras associações, e assim o poder público não pode negar atos constitutivos para o bom desenvolvimento da entidade religiosa (OLIVEIRA & DURÃS, 2014).

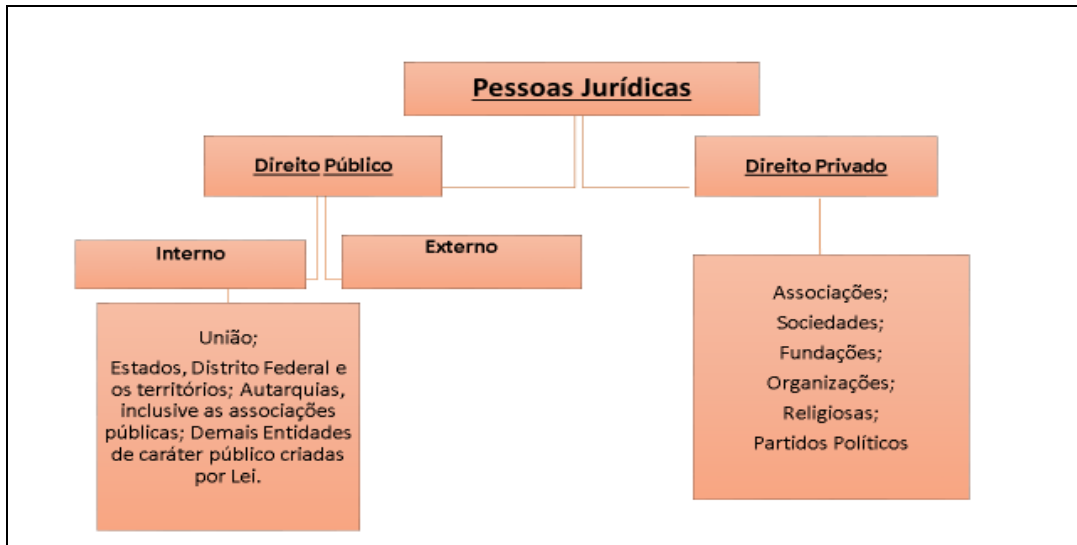
Rodrigues et al. (2015) dizem que as entidades de partidos políticos são criadas por pessoas jurídicas, sem finalidade de gerar lucros, mas com o intuito de assegurar o regime democrático e defender os direitos constitucionais. Segundo Melo (2017), os partidos políticos são criados por grupo de pessoas para defender os direitos da Constituição Federal e as ideias e objetivos afins, sendo uma forma de união com o mesmo procedimento de ideologia para que possam disputar uma conquista do poder.

O partido político integra o terceiro setor e é caracterizado como sem fins lucrativos, sendo as receitas recebidas pelos doadores ou pelo fundo partidário, tendo a necessidade da prestação de contas dessas receitas. Essa prestação de conta é devida de acordo com o TSE, possuindo também um papel fundamental para os filiados ao partido e para a sociedade. (MELO, 2017).

2.2.2 Fundações

De acordo Rodrigues et al. (2015), fundações são constituídas por um patrimônio doado, com a finalidade de servir a um propósito, podendo ser de fins morais, religiosos, culturais ou assistenciais. A fundação pode ser privada ou pública, sendo as fundações públicas as entidades dotadas de personalidade jurídica de direito privado, sem finalidade de gerar lucros, criada por autorização legislativa para desenvolvimento de atividades de interesse público.

Já as fundações privadas são criadas por pessoas jurídicas de direito privado, constituídas mediante iniciativa particular, que decide reservar o patrimônio e destiná-lo a uma determinada atividade. De acordo com Brasil (2002), as fundações são classificadas em dois grupos: direito público e privado. A Figura 2 demonstra simplificadaamente quais são.

FIGURA 2 – Classificação dos grupos: Direito Público e Privado

Fonte: Código Civil Brasileiro (2002).

O parágrafo único do art. 62 do Código Civil estabelecia que a fundação privada só poderia ser constituída para fins religiosos, morais, culturais ou de assistência. A Lei nº 13.151/2015 alterou esse artigo, ampliando o rol de finalidades permitidas. A fundação poderá constituir-se para fins de: assistência social; cultura, defesa e conservação do patrimônio histórico e artístico; educação; saúde; segurança alimentar e nutricional; defesa, preservação e conservação do meio ambiente e promoção do desenvolvimento sustentável; pesquisa científica, desenvolvimento de tecnologias alternativas, modernização de sistemas de gestão, produção e divulgação de informações e conhecimentos técnicos e científicos; promoção da ética, da cidadania, da democracia e dos direitos humanos; e atividades religiosas.

De acordo com Bento (2010), diante da importância das entidades do terceiro setor para a sociedade, o Governo possibilita títulos, certificações e registram os trabalhos desenvolvidos pelas entidades, sendo assim, a obtenção de alguns recursos, como benefícios, isenções, imunidades, recebimento de recursos através de doações, subvenções, termos de parcerias entre outros, são as certificações: Organização da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIPs), Organização Social (OS) e a Certificado de entidade beneficente de assistência social (Cebas).

Segundo França et al. (2015), a OSCIPs é uma Organização da Sociedade Civil de Interesse Público, é um certificado criado pela lei nº 9.790/99. Pode abranger tanto as fundações como as associações pelo Governo Federal e é emitida pelo Ministério da Justiça.

Diante disso, Bento (2010) diz que um dos benefícios das OSCIPs é a possibilidade de obtenção do termo de parceria com o poder público para recursos a serem utilizados para atividades a fim da entidade do terceiro setor.

Segundo França et al. (2015), um dos principais benefícios das OSCIPs pode ser a probabilidade de fechar uma parceria com o Poder Público para que possa receber os recursos e há outra oportunidade que o doador pessoa jurídica possa deduzir do seu cálculo do lucro real e da sua base da contribuição social sobre o lucro da entidade, no limite de 2% diante do lucro operacional, conforme o valor das doações efetuadas.

Já as Organizações Sociais são uma qualificação da entidade sem fins lucrativos, são direcionadas às pessoas jurídicas de direito privado que exercem funções ao ensino, à pesquisa científica, desenvolvimento tecnológico, ao meio ambiente, à cultura e saúde. (BENTO, 2010).

Conforme França et al. (2015), as Organizações Sociais são dirigidas pela Lei nº 9.637/98 e podem ser certificações tanto para associações quanto para fundações, e podem receber recursos financeiros e administrar bens, equipamentos e pessoal do Poder Público mediante contrato de gestão. A Lei nº 9.637/1998 estabelece os requisitos para a concessão do título no âmbito federal. Os Estados, o Distrito Federal e os Municípios podem definir por leis específicas para a concessão de títulos nas suas esferas de governo.

De acordo Bento (2010), a certificação de entidade beneficente de assistência social é concedida para as entidades do terceiro setor, sendo pessoas jurídicas de direito privado que tenham como intuito as atividades de prestação de serviços, nas áreas de educação, saúde e assistência social, atendidas e exigidas pela Lei nº 12.101/2009.

2.3 GOVERNANÇA CORPORATIVA

Segundo Oliveira et al. (2015), surgindo dificuldade de mensurar os recursos financeiros recebidos pelos doadores, ocorrendo fraudes e a utilização indevida dos bens recebidos, surge então a necessidade de implantação dos procedimentos de governança corporativa. A implantação do sistema dentro de uma fundação é um trabalho que levará tempo e paciência, pois envolve muitas ações estruturais, devendo ser iniciado principalmente com os dirigentes das entidades, gestores, líderes ou pessoas que estão à frente da organização nos setores operacionais, administrativos, financeiros ou comerciais.

Ainda de acordo com Oliveira et al. (2015, p. 114), há dificuldades para implantação desta prática, por exemplo:

- A falta de preparo profissional e formação acadêmica, muitas vezes consequência da insuficiência nos padrões de remuneração dos executivos e demais profissionais;
- A falta de competências próprias e características dos serviços exigidos por algumas das entidades que prestam serviços à comunidade;
- O acúmulo de funções e atividades, exigindo em excesso do executivo e gestores do setor, o que torna vulnerável a organização que dirige (OLIVEIRA et al., 2015 p. 114).

O Instituto Brasileiro de Governança Corporativa – IBGC (2015), fundado em 1995, inicialmente com o nome de Instituto Brasileiro de Conselheiros de Administração, apresenta o seguinte conceito:

Governança corporativa é o sistema pelo qual as empresas e demais organizações são dirigidas, monitoradas e incentivadas, envolvendo os relacionamentos entre sócios, conselho de administração, diretoria, órgãos de fiscalização e controle e demais partes interessadas. As boas práticas de governança corporativa convertem princípios básicos em recomendações objetivas, alinhando interesses com a finalidade de preservar e otimizar o valor econômico de longo prazo da organização, facilitando seu acesso a recursos e contribuindo para a qualidade da gestão da organização, sua longevidade e o bem comum (IBGC, 2015, p. 19).

Para a comissão de valores mobiliários (2002), a “Governança Corporativa é o conjunto de práticas que tem por finalidade otimizar o desempenho de uma companhia ao proteger todas as partes interessadas, tais como investidores, empregados e credores, facilitando o acesso ao capital”.

Segundo Fiorini et al. (2015), a governança corporativa veio para estabelecer harmonia entre os acionistas, gestores, líderes e os altos executivos da empresa. É uma maneira de garantir uma tomada de decisão de forma clara, objetiva e eficaz, não perdendo o foco na eficiência operacional e maximização dos resultados.

De acordo com Malacrida & Yamamoto (2006), a governança corporativa trabalha com os principais conceitos da contabilidade, sendo eles: transparência, equidade, prestação de conta e a responsabilidade corporativa. Sendo assim, a contabilidade interagindo com a governança corporativa, indicando caminhos a serem seguidos para a tomada de decisão.

Conforme o IBGC (2015), são fatos importantes para a governança corporativa: a transparência, equidade, prestação de contas e a responsabilidade corporativa. Segundo o IBGC (2015), a transparência é uma obrigação de informar, ou seja, é divulgar informações

relevantes para a parte interessada e não apenas aquelas que são obrigatórias por lei. A transparência das informações traz uma forma de confiança, tanto para os internos quanto para os terceiros.

Já para Fiorini et al. (2015), a transparência (*disclosure*) está diretamente relacionada com a prestação de contas para os acionistas, investidores e empresas em geral, evidenciando a situação verdadeira e clara da entidade. Segundo Schimith & Chagas (2009), a transparência é mais do que uma obrigação de informar, os empresários devem desenvolver o desejo de informar, quando essa informação é de forma espontânea, franca e rápida, traz um ar de confiança aos investidores internos e externos. Essas informações não devem se restringir ao desempenho econômico financeiro da empresa, mas sim, considerar os outros fatores relevantes sobre a ação empresarial e que podem conservar o valor da empresa.

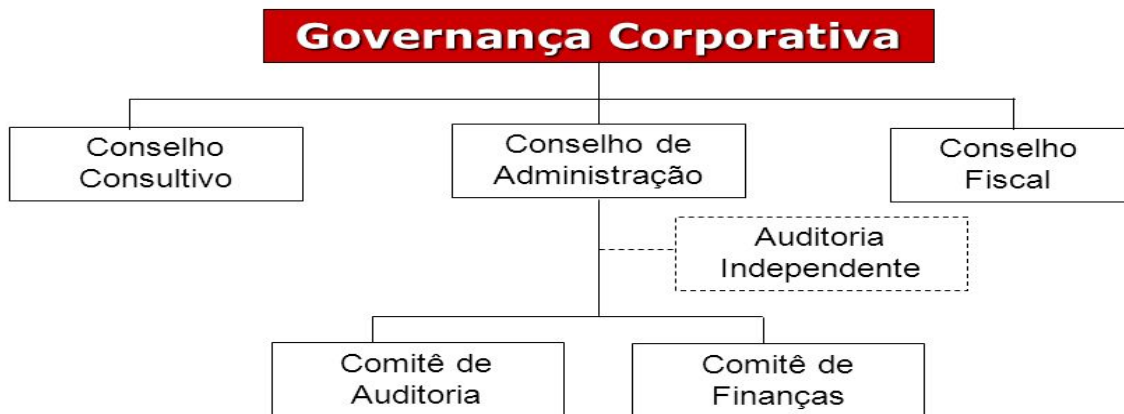
De acordo com o IBGC (2015, p.19) “a equidade caracteriza-se pelo tratamento justo de todos os sócios e demais partes interessadas (*stakeholders*). Atitudes ou políticas discriminatórias, sob qualquer pretexto, são totalmente inaceitáveis”. Já para Schimith & Chagas (2009), a equidade é caracterizada pelo tratamento igualitário de toda parte interessada, como colaboradores, clientes, fornecedores e credores. Ações discriminatórias, sob qualquer fundamento, são totalmente inadmissíveis.

A prestação de contas deve ser feita pelos agentes de governança de forma clara, objetiva e de fácil entendimento. Os agentes devem assumir as consequências de seus atos e omissões (FIORINI et al., 2015). Segundo Schimith & Chagas (2009), a prestação de contas deve ser desenvolvida pelos agentes da governança corporativa que devem prestar conta de sua atuação e é necessário responder pelos atos que praticarem no exercício do mandato.

Já a responsabilidade corporativa tem como objetivo fazer os agentes zelar pela viabilidade econômico-financeira das organizações (SHIMITH & CHAGAS, 2009). Fiorini et al. (2015) trazem que a responsabilidade corporativa, os conselheiros e executivos devem zelar pela permanência das organizações, visando o longo prazo e a sustentabilidade, sendo assim, obtendo uma visão mais ampla da estratégia empresarial, contemplando todas as ligações com a comunidade em que a sociedade atua.

O IBGC (2015) traz a estrutura governamental, sendo dividido em: Conselho Consultivo, Conselho de administração, Diretoria, Órgãos de fiscalização e controle; e Conduta e Conflito de interesses.

FIGURA 3 – Estrutura do Sistema da Governança Corporativa



Fonte: Adaptado de IBGC, 2015.

De acordo com Rodrigues et al. (2015), os conselhos de administração são eleitos pelos sócios da entidade, é o órgão considerado responsável por supervisionar as atividades e práticas à existência da entidade. Não é um órgão executivo, mas é o responsável por examinar as decisões do executivo, observando e garantindo um equilíbrio entre as partes interessadas.

Segundo o Fiorini et al. (2015), o conselho de administração é considerado o principal instrumento de governança corporativa. O conselho é formado para representar os interesses dos acionistas, que deve fiscalizar e supervisionar a Diretoria Executiva.

2.3.1 Conduta, conflito de interesses e divulgação de informações

De acordo com o IBGC (2015, p.93), “O código de conduta tem por finalidade principal promover princípios éticos e refletir a identidade e a cultura organizacionais, fundamentado em responsabilidade, respeito, ética e considerações de ordem social e ambiental”.

Segundo Schimith e Chagas (2009), dentro do conceito de conduta, a sociedade deve conter um código de práticas que comprometam administradores e trabalhadores, constituído pela Diretoria, seguindo os princípios e políticas definidas pelo Conselho Administrativo e por ele aprovado. O código de conduta deve conter toda a responsabilidade social e ambiental.

Rodrigues et al. (2015) afirmam que o código de conduta deve tratar sobre o ambiente de trabalho (assédio moral, sexual, discriminação, segurança no trabalho), ações trabalhistas

(pagamentos e recebimentos), processos judiciais e trabalhistas, dentre outros a serem definidos em acordo com o campo de atuação.

O IBGC (2015, p. 94) traz as práticas que devem ser seguidas no código de conduta, sendo:

a) O código de conduta deve ser elaborado segundo os valores e princípios éticos da organização. Ele deve fomentar a transparência, disciplinar as relações internas e externas da organização, administrar conflitos de interesses, proteger o patrimônio físico e intelectual e consolidar as boas práticas de governança corporativa. Deve complementar as obrigações legais e regulamentares, para que considerações éticas e relativas à identidade e às culturas organizacionais influenciem a gestão. Princípios éticos devem fundamentar a negociação de contratos, acordos, o estatuto/contrato social, bem como as políticas que orientam a diretoria.

b) A abrangência do código de conduta deve ser definida conjuntamente pelo conselho de administração e pela diretoria, em função das características e do estágio de governança da organização. Cada organização deve contar com seu próprio código de conduta, que deve refletir sua identidade e cultura. O código de conduta aplica-se a administradores, sócios, colaboradores, fornecedores e demais partes interessadas e abrange, ainda, o relacionamento entre elas. Ele deve expressar o compromisso da organização, de seus conselheiros, diretores, sócios, funcionários, fornecedores e partes interessadas com a adoção de padrões adequados de conduta (IBGC, 2015, p.94).

Segundo Machado (2014), o código de conduta, podendo ser chamado também de código de ética, tem um papel fundamental para ditar as regras na empresa, deve ser como o principal instrumento para tirar qualquer dúvida de natureza ética. Nesse caso, ao se fazer o código de conduta, dá-se maior segurança a todos que trabalham na organização, mas não basta somente fazer o código, é necessário que o processo se estabeleça na gestão, sendo eficaz da conduta corporativa, para que no longo prazo ela já se incorpore à cultura da organização.

O IBGC (2015) diz que os conselheiros, executivos, devem ser leais com a organização e não apenas os sócios que os elegeram, mas o grupo como um todo tem suas responsabilidades. Existe o conflito de interesse entre gestores, quando relacionado à autonomia da tomada de decisão, retornos financeiros, motivados por interesses diferentes da organização.

Rodrigues et al. (2015) afirmam que os conselheiros e executivos devem cuidar e prezar sobre o interesse da entidade. Para prevenir que haja conflitos de interesses, o correto é delimitar funções, poderes e áreas de atuação para que sirvam como auxílio na prevenção de

conflitos de interesses. Caso ocorra o conflito de interesse nas atividades e decisões, é dever da equipe de gestão comunicar imediatamente ao conselho.

Segundo o IBGC (2015), todos os sócios e investidores devem ter acessos as informações das organizações, sendo seguidas algumas práticas:

- a) Companhias abertas devem adotar, por deliberação do conselho de administração, uma política de divulgação de informações.
- b) essa política deve:
 - i. prever que a divulgação de informações seja feita e apresentada de forma clara, objetiva e completa e abranja todas as informações relevantes, positivas e negativas (vide 3.4.1);
 - ii. discriminar as responsabilidades do conselho de administração e da diretoria e, em especial, do diretor responsável pelas relações com sócios e investidores (e sua interação direta com os públicos estratégicos da organização e com o próprio conselho de administração); e do comitê de divulgação (que pode assessorar a área de relações com investidores na criação e no monitoramento da comunicação da organização com as partes interessadas);
 - iii. definir o responsável por assegurar que a organização cumpra os requisitos de divulgação; e aquele que determina quando uma informação deve ser divulgada;
 - iv. evitar que informações prematuras sejam divulgadas e preservar informações confidenciais (vide 2.24), a fim de prevenir assimetrias de informação e o vazamento e a utilização de informações relevantes ou privilegiadas (vide 5.6, 5.7 e 5.8);
 - v. definir os porta-vozes para cada assunto a ser divulgado (IBGC, 2015, p. 100).

De acordo com Rodrigues et al. (2015), a divulgação de informações sendo de forma atualizada, correta, completa, são algumas funções que devem ser atendidas de acordo com o princípio de transparência. As informações devem ser expostas em mídias comuns, acessíveis e também aquelas exigidas por lei. As informações mais relevantes e mais interessantes da entidade devem ser evidenciadas e divulgadas nas demonstrações publicadas.

2.3.2 A implantação da governança corporativa nas entidades do terceiro setor

Conforme Zylbersztajn (2003), a discussão sobre governança no contexto do terceiro setor ainda se encontra em fases de aprofundamento teórico, sendo até os dias atuais tímida e de abrangência ainda restrita. Apesar disso, o autor ressalta a importância da compreensão da dimensão da governança em organizações não governamentais.

Nesse sentido, Tsai e Yamamoto (2005) corroboram afirmando que as entidades do terceiro setor enfrentam grandes desafios, quatro deles sobre o desafio da legitimidade,

transparência das informações e divulgações dos resultados; desafio da eficiência, dos profissionais das entidades; desafio da sustentabilidade, da forma financeira e humana; e o desafio da colaboração com o Estado.

Entre os trabalhos que abordam a relação entre terceiro setor e governança corporativa, é possível destacar os resultados obtidos por Ayres (2015), ao estudar como uma entidade do terceiro setor no Paraná aplica de maneira voluntária e inconsciente determinadas ações de caráter próximo aos conceitos de governança. Já Tsai e Yamamoto (2005) abordam os aspectos congruentes e divergentes em relação à governança corporativa aplicada no setor privado e no terceiro setor.

Outro trabalho que aborda essa relação entre setor privado e setor filantrópico foi desenvolvido por Sathler (2008), ele busca analisar como as entidades privadas que possuem em sua estrutura extensões empresariais para causas da sociedade civil acabam por influenciar no comando e na gestão das políticas de governança corporativa adotada por suas ramificações no terceiro setor.

Já Ávila e Bertero (2016) aplicam o estudo dessa relação em uma Fundação de apoio Universitário, visando explorar como as ferramentas de governança corporativa podem ser utilizadas na mensuração dos resultados econômicos e financeiros dessa entidade. Utilizou-se questionários, informações administrativas e contábeis, e por meio deles concluiu-se que há uma estrita relação entre a melhoria do desempenho e das práticas de governança adotada.

Diante disso, Sathler (2008, p. 17) afirma que governança em entidades do terceiro setor “é uma das áreas que se mostra essencial para o estudo organizacional. No entanto, ainda assim cobre um espectro de possibilidades, cuja complexidade pede enfoques mais específicos.”. É nesse sentido que o presente trabalho buscará complementar e aprofundar ainda mais os preceitos e achados teóricos identificados na literatura, buscando complementá-los em um estudo de caso nas organizações e fundações adeptas à governança corporativa.

2.3.3 GIFE – grupo de institutos fundações e empresas

Segundo Carrion (2000), o GIFE – Grupo de Institutos Fundações e Empresas, é uma rede sem fins lucrativos que traz organizações de origem empresarial, familiar, independente e comunitária, que contribuem com projetos com finalidade pública. O GIFE foi criado no ano de 1989, contando com associados que se reuniam informalmente, com a missão de

aperfeiçoar os recursos privados para o bem comum, de transformar as fundações e a vida em sociedade, objetivando um país cada vez mais justo e melhor (NOGUEIRA & SCHOMMER, 2009).

Segundo Queiroz (2000), o GIFE busca melhorar e desenvolver a participação das empresas no espaço público, visando para que desenvolvam condições de vida mais benéfica para o cidadão brasileiro através de ações que possam ser eficazes. Sendo assim, o GIFE desenvolve atividades educativas e oferece aos associados seminários, cursos e eventos, projetos técnicos de modo que qualifiquem os empresários para a cidadania empresarial (NOGUEIRA E SCHOMMER, 2009).

Sendo assim, o GIFE criou os indicadores GIFE de governança, que são instrumentos que permitem às fundações e associações a avaliar o grau de desenvolvimento de sua governança (GIFE, 2015). Dessa forma, a auto avaliação é formada por questionários online que estabelecem os indicadores que refletem pelo grau de governança, ao responder os quesitos obtém-se uma pontuação relevante, mostrando o caminho para melhorar a sua governança dentro da empresa (GIFE, 2015).

Os indicadores de acordo GIFE (2015) são eles:

QUADRO 2 – Indicadores GIFE

Eixo	Componente
Conselho deliberativo	<ul style="list-style-type: none"> • Existência do conselho deliberativo • Número de conselheiros • Diversidade • Pluralidade de qualificações e perfis • Independência dos conselheiros • Mandato e eleição • Reuniões • Assiduidade dos conselheiros • Avaliação do conselho deliberativo e conselheiros
Controle e supervisão financeiros e econômicos	<ul style="list-style-type: none"> • Conselho fiscal • Prestação de contas financeira e econômica
Estratégica e gestão	<ul style="list-style-type: none"> • Missão • Planejamento estratégico • Executivo principal • Gestão de pessoas
Políticas institucionais	<ul style="list-style-type: none"> • Código de conduta/ ética • Conflito de interesses • Canal de denúncia
Transparência e relação com partes interessadas	<ul style="list-style-type: none"> • Relação com as partes interessadas • Divulgação de informações/ transparência

Fonte: GIFE, 2015, p. 2

Esses indicadores, de acordo com o GIFE (2015), têm como objetivo servir como um guia de orientação para que as fundações aperfeiçoem suas atividades internas de reflexão, aprimorando, conseqüentemente, a sua governança. Apresenta como propósito fortalecer a legitimidade das organizações da sociedade civil das seguintes maneiras: de maneira profissional e eficiente, sustentabilidade financeira, possuir relações transparentes, prestação de contas e a responsabilidade com a sociedade, realizações das atividades de forma coerente, cumprir a missão e assegurar o público.

Dentro das atribuições e ferramentas desenvolvidas pelo GIFE, tem-se o painel de transparência, uma ferramenta online que organiza e disponibiliza as informações das fundações associadas GIFE na forma de um grupo de indicadores. De forma simples, o GIFE divulga na plataforma todas as instituições e fundações públicas, trazendo informações sobre cada indicador apresentado e permitindo ao usuário acessá-lo por meio de um link no site da própria organização.

O associado adere o painel de forma voluntária, sendo assim, quando as associações participam, culminam por demonstrar seu comprometimento com a transparência e comprometimento em otimizar a transparência de suas ações às partes interessadas, independentemente do estágio em que se encontram. Essa ferramenta não garante a qualidade das informações e também não gera certificações para as organizações, ela não pretende ser uma ferramenta de controle sobre as instituições ou fundações, mas sim, um procedimento de transformação da parte de transparência entre as fundações e instituições privadas brasileiras (GIFE, 2017).

O GIFE (2017) traz o painel agrupado em 6 dimensões, como demonstradas no Quadro 3.

QUADRO 3 – Indicadores

Dimensão	Indicador
Contato	<ul style="list-style-type: none"> • Endereço • Telefone • E-mail
Propósito da organização	<ul style="list-style-type: none"> • Missão • Visão
Governança e gestão	<ul style="list-style-type: none"> • Composição do conselho deliberativo • Composição do conselho fiscal • Estatuto • Composição da assembleia geral (só para associação) • Composição da equipe executiva
Planejamento, programas e atividades	<ul style="list-style-type: none"> • Principais programas, projetos, ações e atividades • Informações sobre planejamento/ diretrizes estratégicas • Relatórios de atividades
Informações econômicas/financeiras	<ul style="list-style-type: none"> • Relatórios dos auditores independentes • Demonstrações contábeis
Avaliação	<ul style="list-style-type: none"> • Relatórios de avaliação

Fonte: GIFE, 2017, p. 5

De acordo com o GIFE (2017), o objetivo do painel é ser de auto regulação, ou seja, permitir acesso livre e direito disponibilizados pelas instituições e fundações, promovendo uma comunicação mais aberta, e capacitar os associados a desenvolver o *accountability*, para expor a prestação de contas e deixar mais transparente as informações praticadas.

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Neste capítulo foram apresentadas as seções e subseções sobre a classificação da pesquisa, natureza da pesquisa, coleta de dados e método de análise, e a população, amostra e o período estudado.

3.1 CLASSIFICAÇÃO DA PESQUISA

Segundo Prodanov e Freitas (2013), a metodologia consiste em estudar, avaliar os métodos disponíveis para uma pesquisa acadêmica. É a aplicação dos estudos em forma de técnicas e procedimentos com a finalidade de comprovar sua validade e sua utilização para a sociedade.

Castilho, Borges e Pereira (2014) afirmam que a pesquisa científica é dividida em exploratória, descritiva e explicativa. Essa pesquisa pode ser considerada, quanto aos seus fins, como descritiva. Gil (2008) conceitua a pesquisa descritiva como um estudo que possui a pretensão de identificar, de comparar e de descrever informações acerca de determinado fenômeno.

Em relação aos procedimentos adotados neste estudo, a pesquisa se classifica como bibliográfica e documental. Para Lakatos e Marconi (2001), a pesquisa bibliográfica tem uma fundamentação teórica baseada em bibliografias já publicadas, como artigos, livros, pronunciamento técnico, internet e as leis que fundamentam o assunto.

Segundo Gil (2008), a pesquisa documental é parecida com a pesquisa bibliográfica, a única diferença entre elas é a natureza das fontes, ou seja, a última é elaborada por documentos que não têm um tratamento analítico. Além disso, analisa documentos de primeira mão, sendo: documentos de arquivos, tabelas estatísticas, atas, relatórios, inventários, entre outros.

Referente aos métodos de pesquisa, segundo Prodanov e Freitas (2013), a pesquisa pode ser classificada como dedutiva, indutiva, hipotético-dedutiva, dialética e fenomenológica. O método dedutivo parte de princípios que o estudo seja de maneira verdadeira e incontestável, que possibilite chegar de uma maneira formal nos resultados (GIL, 2008). Esse estudo é classificado como dedutivo, pois está coletando, analisando e interpretando dados de

uma fonte na qual fundações participam com o intuito de se mostrarem adeptas da governança corporativa, ou seja, parte de uma premissa lógica para alcance de uma inferência.

3.2 NATUREZA DA PESQUISA

Quanto ao método de abordagem, de acordo com Lakatos e Marconi (2003) existem dois tipos de pesquisa, a qualitativa e a quantitativa. A pesquisa qualitativa é vista como uma relação dinâmica com o mundo real e o sujeito, ou seja, tem como finalidade levantar dados da pesquisa voltados para compreender o ponto de vista das pessoas ou grupo de pessoas, por esse motivo não há utilização de métodos estatísticos (LAKATOS; MARCONI, 2003).

Já a quantitativa é considerada para traduzir em números opiniões e informações para classificar, que requer o uso de métodos estatísticos (percentagem, média, análise de regressão) entre outros. Visa, a partir de um estudo, estabelecer a projeção para demais variáveis similares (LAKATOS; MARCONI, 2003). A pesquisa desenvolvida possuiu natureza qualitativa, visto que o estudo está relacionado com levantamento de dados e não a utilização de métodos estatísticos.

3.3 COLETA DE DADOS E METODO DE ANÁLISE

Segundo Lakatos e Marconi (2003) existem dois procedimentos para a coleta de dados, sendo de documentação indireta, que faz uma coleta de dados para pesquisa de várias fontes para que haja diversificação de informações e conhecimentos e que seja evitado duplicidade de informações. Já na outra técnica, a de documentação direta, o pesquisador busca informações através da pesquisa de campo ou laboratório (LAKATOS, MARCONI, 2003). Sendo assim, essa pesquisa é direcionada para a documentação indireta, na qual realizou pesquisas com documentos já publicados, visto que as informações primordiais foram obtidas por intermédio de portal eletrônico.

Já a análise dos dados foi elaborada em duas etapas, a primeira correspondeu a classificação e avaliação dos níveis de aderência das fundações, tomando como base o ranqueamento por meio do sistema binário. Essa classificação decorreu de acordo com o questionário disposto no GIFE no guia de boas práticas de governança corporativa. Após a

inspeção individual dos casos, foram atribuídos os valores (0 ou 1) correspondentes à ausência ou presença dos atributos explícitos no questionário utilizado.

Em um segundo momento, optou-se por atribuir escores aos itens em decorrência da complexidade variável observada entre eles, para a adoção desses escores foi utilizada a arbitrariedade decorrente da percepção do pesquisador (BABBIE, 1999). Essa prática visa evidenciar de forma mais objetiva se as empresas apresentam alguma variação entre o fornecimento de informações menos complexas em detrimento a outras que exigem maiores níveis de elaboração.

A construção da análise foi baseada no uso dos índices, pois utilizou-se o somatório simples para obtenção das médias de aderência das fundações e suas respectivas áreas de envolvimento, partindo da distinção entre índices e escalas apresentado por Babbie (1999, p.85). Para o filtro e tratamento dos dados foram utilizadas planilhas de *software*, a fim de obter a organização, tabulação e os gráficos a serem evidenciados.

Um índice é construído com pelo somatório simples dos escores atribuídos a respostas específicas aos itens individuais. Uma escala é construída pela atribuição de escores a padrões de respostas entre vários itens que formam uma escala. Uma escala difere de índice por tirar vantagem de qualquer possível estrutura de intensidade entre os itens individuais (BABBIE, 1999, p.85).

O índice é visto como a soma das contagens, das pontuações que são utilizadas nas respostas dos itens por cada dado que esteja sendo formando dessa maneira o índice (BABBIE, 1999).

No estudo foram atribuídos escores para os itens do painel GIFE, sendo da seguinte forma: nos quesitos 1 a 5 foram considerados os itens básicos com peso 01, já nos quesitos 6 a 10 foram estabelecidos como itens intermediários com peso 02 e os itens 11 a 16 foram classificados como avançados com peso 03, totalizando um total de itens a serem divulgados pelas entidades de 33 itens com o direcionamento de pesos.

Após a checagem de validade das entradas binárias (identificando eventuais erros de digitação), os dados foram sumarizados e submetidos à análise de agrupamentos, conforme a utilização de amostragem não probabilísticas por cotas.

QUADRO 4 – Questionário

Ordem	Descrição	Peso
1	A empresa divulga o Endereço?	1
2	A empresa divulga o Telefone?	1
3	A empresa divulga o E-mail?	1
4	A empresa divulga a Missão?	1
5	A empresa divulga a Visão?	1
6	A empresa divulga a Composição do conselho deliberativo?	2
7	A empresa divulga a Composição do conselho fiscal?	2
8	A empresa divulga o Estatuto?	2
9	A empresa divulga da assembleia geral?	2
10	A empresa divulga a Composição da equipe executiva?	2
11	A empresa divulga os Principais programas, projetos, ações e atividades?	3
12	A empresa divulga informações sobre planejamento/ diretrizes estratégicas?	3
13	A empresa divulga o relatório de atividades?	3
14	A empresa divulga relatórios dos auditores independentes?	3
15	A empresa divulga as demonstrações contábeis?	3
16	A empresa divulga o relatório de avaliação?	3

Fonte: Adaptado do GIFE, 2017.

3.4 POPULAÇÃO, AMOSTRA E PERÍODO DO ESTUDO

A população ou universo se refere ao total de habitantes de determinado lugar, podendo ser de acordo com a parte interessada do pesquisador para pesquisas (KAUARK; MANHÃES; MEDEIROS, 2010). Já a amostra é a parte da população ou universo para a realização da pesquisa.

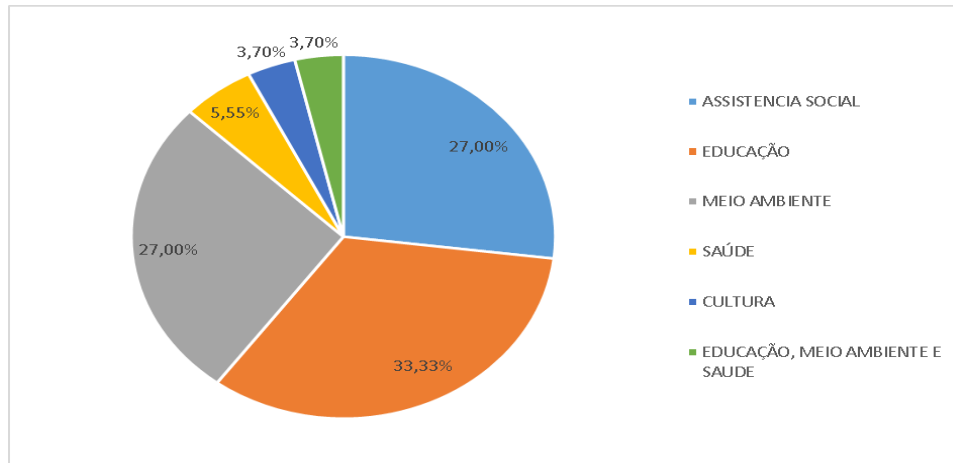
Segundo Gil (2008), a amostra pode ser probabilística e não probabilística. Sendo assim, a probabilística necessita de critérios para utilizar por meio de cálculos estatísticos, já a não probabilística é de forma intencional ou de conveniência.

Gil (2008) vem explicando que a amostra por cotas pode ser desenvolvida em três fases, sendo elas: a classificação da população por características relevantes; determinar a proporção da população; fixação das cotas para cada entrevistador.

A população total de fundações cadastradas no GIFE no ano de 2017 foi composta por 119, entretanto, apenas uma parte demonstrou e apresentou os dados para cálculo dos indicadores de governança corporativa. Portanto, foram retiradas 65 empresas que não divulgaram nenhuma das informações necessárias da governança corporativa, assim a amostra

foi composta por 54 empresas que são associados a GIFE. Por esse motivo, esta pesquisa utilizou como técnica de amostragem a aplicação não probabilística por cotas.

GRÁFICO 1 – Grupos do GIFE



Fonte: Elaborada pela autora (2018).

Dessa forma, as empresas foram divididas pelas suas áreas de acordo com a sua atividade principal, sendo: Assistência social e Meio Ambiente, compostos por 15 empresas; Educação, com 18 empresas; Saúde, contendo 3 empresas; e Educação, meio ambiente e saúde e cultura foram compostas por 2 empresas cada.

4 ANÁLISE DE DADOS

Nesse item foram abordados a análise e os resultados obtidos por meio dos dados coletados das fundações associados ao Grupo GIFE.

4.1 ITENS MAIS DIVULGADOS PELAS FUNDAÇÕES PARTICIPANTES DO PAINEL GIFE

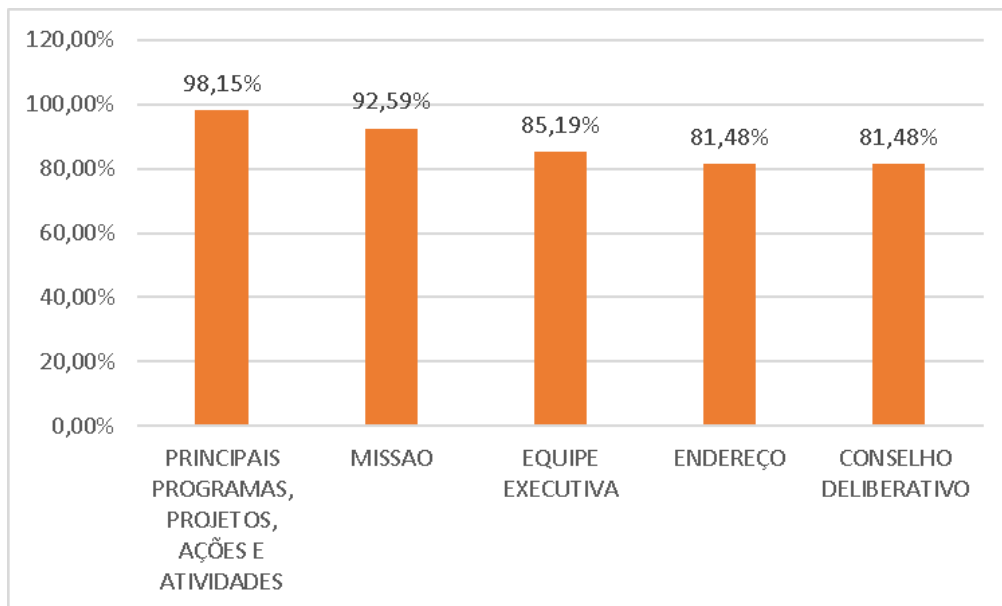
O total de fundações analisadas correspondeu a 54, sendo estas organizações de terceiro setor que se prontificaram a fornecer algum tipo de informação de maneira voluntária no IBGC – Instituto Brasileiro de Governança Corporativa. As múltiplas áreas de atuação as quais essas fundações desempenham atividades parecem corroborar com autores como Bettioli et al. (2014), Bento (2010) e Machado (2014), em relação aos diversos campos de alcance dessas entidades. Nesse sentido, constatou-se que os itens do Painel GIFE mais divulgados foram, respectivamente: os principais programas, projetos, ações e atividades com 98,15%, Missão com 92,59%, Equipe executiva com 85,19%.

O documento que contempla as atividades, programas e projetos corresponde a um formulário no qual as entidades apresentam formalmente suas ações de caráter social, sendo este o item mais divulgado por essas fundações. Dentre as empresas analisadas, o Instituto Desiderata, pertencente ao grupo de Educação, foi a única empresa que não apresentou esse item. De acordo com o IBGC (2015), a divulgação desse item apresenta uma importância fundamental para a sustentação dos pilares da *accountability* e transparência dessas fundações perante a sociedade de maneira geral, sendo a sua omissão um entrave para a implementação das boas práticas de governança corporativa no terceiro setor.

Por sua vez, o item que diz respeito à missão, é entendido por França et al. (2015) sob a perspectiva de que as fundações são constituídas por um patrimônio personalizado e com finalidades pontuais determinadas pela Lei nº 13.151/2015. Cabe ao item em questão traduzir esse propósito existencial, sendo necessário para adequada compreensão das atividades desempenhadas. O presente estudo constatou que em relação a esse item as empresas que não o apresentaram foram: Fundação Iochpe, Instituto Arcor Brasil, Instituto Natura classificada no grupo de Educação; já a outra entidade que não divulgou foi a Childhood Brasil, pertencente ao grupo de Assistência Social.

Em relação à equipe executiva, esse item é responsável por contemplar os colaboradores das entidades, mais especificamente a identificação dos principais gestores das áreas financeiras, de projetos, de comunicação, dos recursos humanos, totalizando 46 entidades que se dispuseram a divulgar o item. Verificando as empresas que não divulgaram estão o Instituto Algar, do grupo de Educação, Meio Ambiente e Saúde, o Instituto 3 M, pertencente do grupo de Educação; já do grupo de Assistência Social as empresas que não divulgaram foram: B3 Social, ChildFund Brasil - Fundo das Crianças, Fundação Jose Luiz Egydio Setubal, Instituto Holcim. Já do grupo Meio Ambiente foram as empresas Instituto Coca-Cola e o Instituto Invepar.

GRÁFICO 2 – Itens mais divulgados



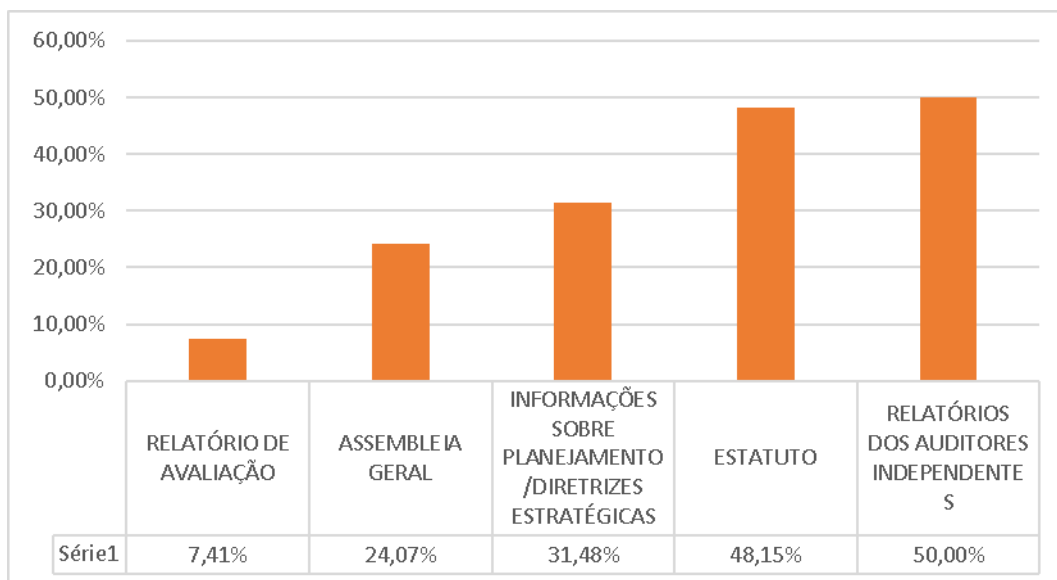
Fonte: Elaborado pela autora (2018).

Por fim, o endereço e o conselho deliberativo foram divulgados pela mesma quantidade de fundações, totalizando um percentual de 81,48%. O endereço é considerado nessa pesquisa como o item básico de implementação das melhores práticas de governança corporativa, sua divulgação é um dos requisitos prioritários durante o cadastro das empresas no Portal GIFE de sua sede. Já o conselho deliberativo é um fator importante dos indicadores do Portal GIFE, pois estabelece os órgãos responsáveis pelo estabelecimento e as normas da organização, para que sejam seguidas pela Diretoria Executiva.

4.2 ITENS MENOS DIVULGADOS PELAS FUNDAÇÕES PERTENCENTES AO PAINEL GIFE

Os percentuais de divulgação dos itens são importantes para o alcance dos princípios de prestação contas que, segundo os autores Fiorini et al. (2015), é um dos pilares básicos da governança, sendo uma forma de demonstrar de forma clara e objetiva as ações, propósitos e composição estrutural das entidades não governamentais. Em relação aos itens presentes no questionário, os menos divulgados foram: relatório de avaliação, com total de 7,41%; assembleia geral, correspondente a 24,07%; e as informações sobre planejamento/diretrizes estratégicas, com 31,48%.

GRÁFICO 3 – Itens menos divulgados



Fonte: Elaborada pela autora (2018).

As atividades desenvolvidas e seus respectivos impactos sociais são expostos no relatório de avaliação, possuindo crucial importância para a sociedade e potenciais colaboradores no que tange a conhecer os efeitos da fundação na sociedade. Nesse aspecto, somente 7,41% das fundações apresentaram esse relatório, ou seja, quatro das fundações pesquisadas. A não divulgação desse relatório de avaliação parece evidenciar ou ferir os procedimentos de adequação e melhoria na execução das atividades propostas, conforme estabelecidas as próprias diretrizes do IBGC (2015). Em contrapartida, as empresas que divulgaram essas informações são: Instituição Criança e Vida, relacionada com o grupo de

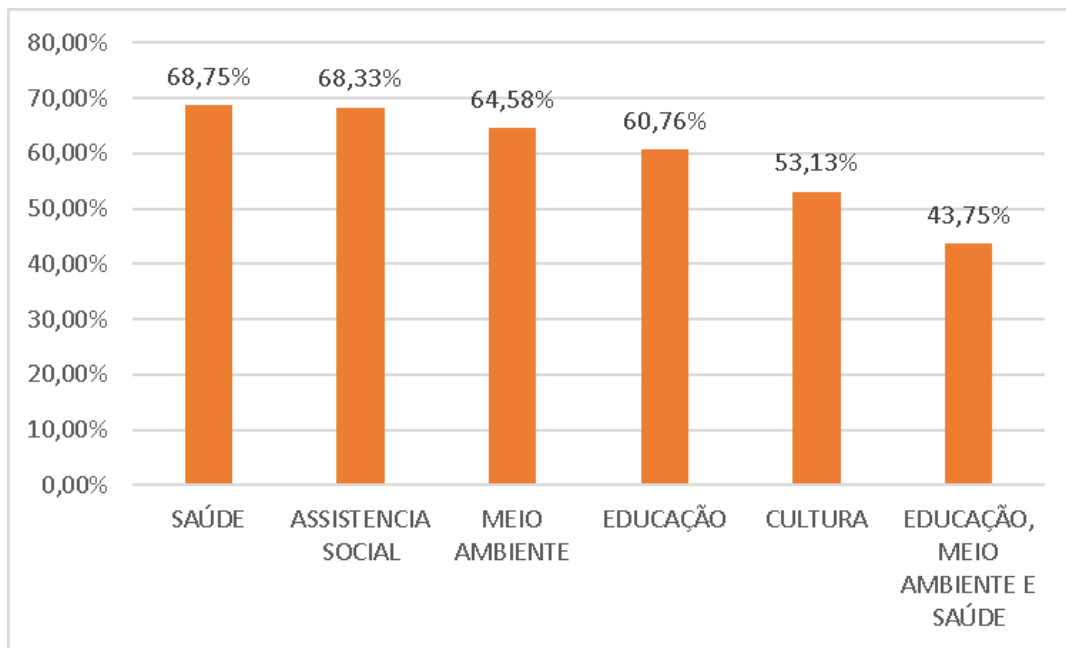
saúde, a Fundação Otacílio Coser, Fundação Roberto Marinho, do grupo de Educação, e a Fundação FEAC, relacionada ao grupo de Assistência Social.

Já a Assembleia Geral é composta pelos sócios da organização, podendo ser pessoas físicas ou jurídica participantes. As empresas que divulgaram sobre os indicadores representam um total de 13 fundações, são elas: Movimento Arredondar, pertencente ao grupo de Cultura, já do grupo de Saúde são as empresas Instituto Criança é Vida e Instituto Sabin, já do grupo de Educação são as empresas Fundação Otacílio Coser, Inspirare, Instituto Alair Martins - IAMAR, Instituto Desiderata, Instituto Wal-Mart. As empresas pertencentes ao grupo de Assistência Social são ChildFund Brasil – Fundo para Crianças, Fundação FEAC, Instituto de Cidadania Empresarial. Relacionadas ao grupo de Meio Ambiente são as empresas Instituto Triunfo e a SITAWI Finanças do Bem.

As informações sobre planejamento/diretrizes estratégicas são as que as entidades publicam para demonstrar quais serão as principais metas ou objetivos futuros da organização. Já o Estatuto é um documento essencial para as organizações/fundações, pois é um conjunto de normas jurídicas, nas quais os sócios ou fundadores fazem um regulamento sobre o funcionamento da entidade (BENTO, 2010).

4.3 ADERÊNCIA DOS ITENS SEGUNDO AS ÁREAS DE ATUAÇÃO DAS FUNDAÇÕES

Para o IBGC (2015), a transparência das informações é uma forma das entidades demonstrarem a sua verdadeira situação de forma clara e objetiva, visando trazer mais confiança aos investidores internos e externos. Dessa forma, analisando os grupos de forma separada, verificamos que as áreas que mais apresentaram os itens foram a da Saúde, com um percentual de 68,75%, na qual estão incluídas 3 fundações, sendo elas: Instituto Avon, Instituto Criança é Vida e o Instituto Sabin.

GRÁFICO 4 – Divisão por Grupos

Fonte: Elaboradora pela autora (2018).

Nesta área da saúde se encontra uma das entidades que mais divulgaram as informações do Painel GIFE, o Instituto Criança é Vida, com total de 100%, ou seja, totalizando os 16 indicadores estabelecidos. A redução da média de divulgação deste grupo teve como fator primordial a baixa aderência do Instituto Avon, visto que este divulgou somente 4 itens do GIFE.

Já a Assistência Social é composta por 15 entidades, na qual somente a Fundação FEAC evidenciou todos os itens do painel GIFE, representando assim os 100%. As fundações que tiveram a menor porcentagem de apresentações foram as Fundação José Luiz Egydio Setubal e Instituto Holcim, salientando somente 06 itens do painel, representando assim um total de 37,50% de divulgações.

Na área do Meio Ambiente as entidades divulgaram um todo de 64,58%, contendo assim 15 fundações no grupo. A entidade que se destacou foi o Instituto Triunfo, divulgando 15 itens da plataforma, ou seja, com uma representação de 93,75% de divulgações. A entidade em que houve a menor demonstração foi o Instituto Invepar, com somente 03 quesitos, representando 18,75% de divulgações.

As entidades pertencentes ao grupo de Educação são as mais representativas em termos numéricos, totalizando 18 fundações. Entretanto, nenhuma fundação apresentou 100% dos indicadores, nesse sentido as entidades que mais divulgaram os itens nesse grupo foram:

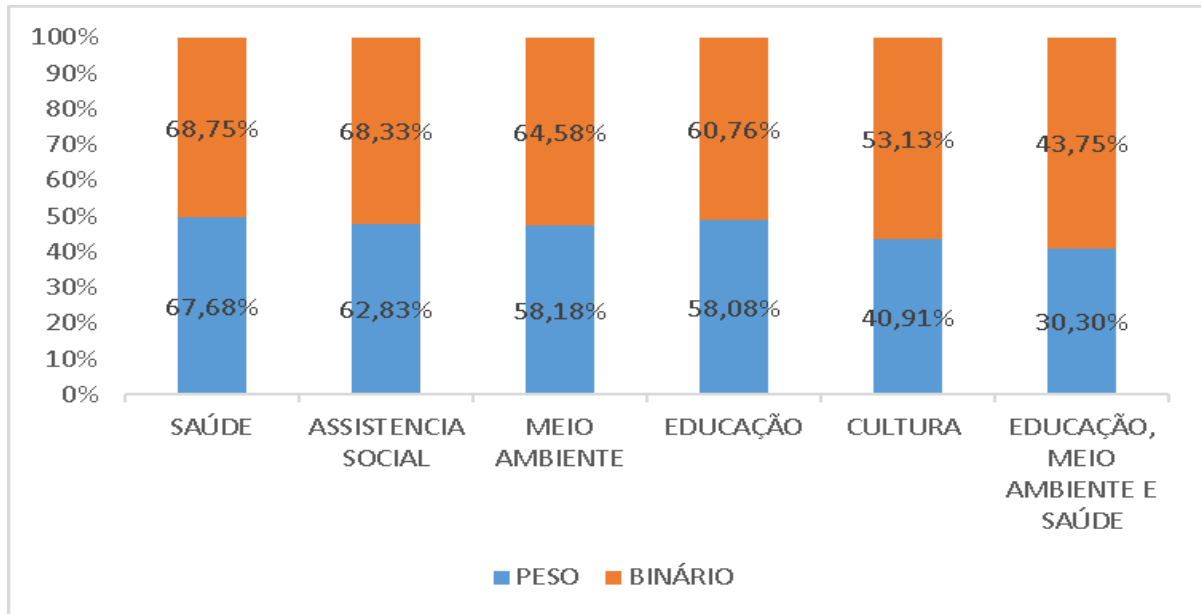
Fundação Otacílio Coser; Fundação Romi; Fundação Stickel; Instituto Desiderata com 81,25% de divulgações dos itens, ou seja, totalizando 13 itens apresentados pelas entidades. Já as fundações que menos apresentaram informações nesse grupo foram Instituto 3M e o Instituto Jama, com percentual de 31,25%, totalizando somente 5 itens divulgados.

Na Cultura houve um percentual de 53,13%, contendo somente 2 empresas nela, a Movimento Arredondar, com 56,25% totalizando 9 itens divulgados e a Oi Futuro, representando 50%, sendo 8 indicadores demonstrados pela entidade. Percebe-se que o engajamento das fundações em ações culturais ainda é embrionário, possuindo baixa aderência, tanto em relação à predisposição em pertencer ao GIFE, quanto na divulgação relativa dos itens do painel.

O grupo de Educação, Meio Ambiente e Saúde contém duas empresas também, a Fundação Cargill, representando 50% de itens divulgados, ou seja, demonstrou ao Painel GIFE somente 8 itens e o Instituto Algar, que apresentou 6 itens, representando 37,50% das divulgações. As entidades ingressadas nesse grupo possuem mais de um ramo de atividade, seria viável a divulgação dos seus relatórios de atividades, para que pudéssemos compreender separadamente as atividades que a entidade pratica, e quais seriam as suas propostas para o futuro. Outro item necessário é o relatório de avaliação, para entender de forma objetiva como a entidade é vista e exposta pelas pessoas que participam dela, ou seja, como ela é avaliada.

4.4 NÍVEL DE ADERÊNCIA APÓS ATRIBUIÇÃO DOS ESCORES

Nessa etapa de análise serão considerados os escores para os itens de análise da pesquisa, conforme exposto na seção metodológica. Portanto, é possível observar que todos os grupos apresentaram redução de aderência quando elaborada a designação dos escores. Dessa forma, o grupo que mais apresentou as informações foi o grupo da saúde, sendo possível observar que tanto a pontuação relativa e isolada quanto a atribuição de escores não há intensa variação, possuindo respectivamente 67,68% e 68,75% de aderência. Já o grupo que apresentou o menor nível de aderência em ambos os critérios de mensuração foi o grupo misto de Educação, Meio Ambiente e Saúde, representando um percentual de 30,30% com atribuição de escores e 43,75% sem considerar a complexidade variável entre os itens informados.

GRÁFICO 5 – Divisão por áreas - pesos

Fonte: elaborada pela autora (2018).

O grupo da saúde obteve uma redução não muito significativa, somente de 1,07%, essa redução foi causada pela entidade Instituto Avon, que teve uma diminuição de 0,76%, representando um percentual de 24,24% e pelo Instituto Sabin, que teve um percentual de 78,79% possuindo, assim, uma redução de 2,46%, ou seja, divulgando as informações somente dos itens básicos e intermediários.

Já a assistência social apresentou uma redução de 5,50% quando considerados os escores por níveis de complexidade dos itens informados. Analisando as organizações pertencentes a este grupo, podemos observar que várias entidades tiveram uma redução nas porcentagens, contribuindo com a redução de aderência dessa área. Desse modo, as entidades que mais apresentaram redução na área de assistência social foram Alana, apresentou 13 indicadores com 39,39%, ou seja, houve uma redução de 10,61% com a atribuição dos escores, e a outra organização que obteve uma redução significativa foi a Fundação ArcelorMittal Brasil, em que houve uma diminuição dos indicadores de 14,02%, divulgando somente 16 itens com percentual de 48,48%.

O meio ambiente obteve um decréscimo de 6,40%, devido às organizações pertencentes a essa área. Com a redução das porcentagens das entidades podemos verificar que as fundações que obtiveram um grau para a devida diferença foram: a Fundação ArcelorMittal Brasil, com uma diminuição de 14,02% representando 48,48% de divulgações, em um total de 16 itens publicados; Instituto Coca-Cola Brasil, com redução de 3,98%

representando 27,27% de publicações com total de 9 indicadores divulgados; Instituto Estre, que obteve uma perda de 10,61% com total de itens divulgados, somente publicou 13 indicadores, representando um total de 39,39% de publicações; e o Instituto Lina Galvani, com redução de 13,83% publicando 42,42% totalizando 14 itens divulgados.

No grupo que desenvolve atividades relacionadas à Educação houve uma redução de 2,68%, sendo assim, as entidades a ela pertencentes são: Fundação Bradesco, com uma diminuição de 7,77% divulgou 16 itens totalizando 48,48% de divulgações; Fundação Educar Dpaschoal, que divulgou 13 itens, representando 39,39% mas houve uma baixa de 10,61% de apresentação; Inspirare, que divulgou 16 indicadores, representando 48,48%, houve uma redução de 14,02% nas divulgações; Instituto 3M, que obteve uma baixa de 10,04% com percentual de 21,21%, somente apresentou 7 itens da plataforma GIFE; Instituto Cyrela, que divulgou 13 itens do GIFE, mas obteve uma diminuição de 10,61%, representando um percentual de divulgação de 39,39%.

No grupo da Cultura houve uma baixa significativa de 12,22%, de acordo com as organizações pertencentes a ela que ocorreu essa diferença alta, pois a entidade Movimento Arredondar obteve 42,42%, com 14 itens apresentados houve uma baixa de 13,83%, e a Oi Futuro apresentou 13 itens do GIFE, totalizando 39,39%, mas teve uma redução de 10,61%. Essa baixa nos percentuais das entidades foi devido à atribuição de pesos, pois as entidades divulgam mais os itens básicos do que os intermediários e avançados, tornando assim os percentuais mais reduzidos.

Já no grupo de Educação, Meio Ambiente e Saúde houve uma redução de 13,45%, apresentou um total de 30,30% com a atribuição dos escores, devido às entidades divulgarem mais os itens de 1 a 5 considerados os básicos, a Fundação Cargill obteve uma baixa de 13,64% totalizando 12 itens apresentados com percentual de 36,36%, já o Instituto Algar apresentou 24,24%, ou seja, divulgou 8 itens do painel GIFE, obtendo uma redução de 13,26%.

4.5 NÍVEL DE ADERÊNCIA DE TODAS AS ENTIDADES PERTENCENTES AO GIFE

O GIFE (2015) traz esses indicadores com intuito de facilitar e orientar as entidades para que possam melhorar o seu grau de governança dentro da entidade, diante disso,

verificamos que as fundações presentes no GIFE divulgam uma média total de 63,31% das exigências estabelecidas pelo portal GIFE até o ano de 2017. Observando essa quantidade de divulgações realizadas, verificamos que faltam em média 36,69% de itens a serem divulgados por todas as entidades.

Analisando todos os itens, é possível perceber que, em números absolutos, foram divulgados um total de 546 informações no painel GIFE, faltando 318 itens para serem apresentados, observando que todas as entidades apresentam de forma mais assídua os dados mais básicos do que os mais complexos para a governança corporativa. Além disso, de todas as fundações analisadas somente duas entidades apresentaram todos os itens, o Instituto FEAC e o Instituto Criança é Vida.

Algumas outras entidades apresentaram uma média alta de indicadores, foram elas: Instituto Triunfo e Instituto de Cidadania Empresarial, representando 93,75% ambas, ou seja, divulgaram 15 dos 16 itens, deixando de apresentar o quesito 16 sobre o relatório de avaliação.

Sequencialmente, as demais entidades que mais divulgaram foram as Fundação André e Lucia Maggi, Fundação Banco do Brasil e a Fundação Maria Cecília Souto Vidigal, representando 87,50%, ou seja, apresentaram 14 itens do painel GIFE. As informações não divulgadas foram os quesitos 9 e 16, sendo respectivamente sobre a assembleia geral e o relatório de avaliação.

As fundações que menos divulgaram foram o Instituto Invepar, com 3 itens somente, representando 18,75%, o Instituto Avon, com 4 itens apresentados com total de 25%, e os Instituto Jama, Instituto Coca-Cola Brasil e Instituto 3M, com 5 itens divulgados, representando um total de 31,25%.

QUADRO 5 – Análise de todas as entidades do GIFE

ORDEM	EMPRESAS	BINÁRIO	ESCORE
1	Fundação FEAC	100,00%	100,00%
2	Instituto Criança é Vida	100,00%	100,00%
3	Instituto de Cidadania Empresarial	93,75%	90,91%
4	Instituto Triunfo	93,75%	90,91%
5	Fundação André e Lucia Maggi	87,50%	84,85%
6	Fundação Maria Cecília Souto Vidigal	87,50%	84,85%
7	Fundação Banco do Brasil	87,50%	84,85%
8	Fundação Otacílio Coser	87,25%	84,85%
9	Fundação Romi	81,25%	81,82%
10	Fundação Grupo Boticário	81,25%	81,82%

11	SITAWI Finanças do Bem	81,25%	78,79%
12	Instituto Sabin	81,25%	78,79%
13	ChildFund Brasil – Fundo para Crianças	81,25%	78,78%
14	Fundação Semear	81,25%	75,76%
15	Aldeias Infantis SOS	81,25%	75,76%
16	Fundação Stickel	81,25%	75,76%
17	Instituto Clima e Sociedade	81,25%	75,76%
18	Instituto Desiderata	81,25%	72,73%
19	Instituto Alair Martins – IAMAR	75,00%	72,73%
20	Fundação Iochpe	68,75%	69,70%
21	Fundação Roberto Marinho	68,75%	63,64%
22	Fundação Avina	68,75%	63,64%
23	Instituto Arapyauí	68,75%	60,61%
24	Instituto Natura	62,50%	72,73%
25	Fundação Tide Setubal	62,50%	63,64%
26	B3 Social	62,50%	60,61%
27	Instituto Wal-Mart	62,50%	60,61%
28	Inspirare	62,50%	48,48%
29	Fundação ArcelorMittal Brasil	62,50%	48,48%
30	Fundação Projeto Pescar	62,50%	57,58%
31	Fundação Volkswagen	56,25%	60,61%
32	Fundação Affonso Brandão Hennel (FABH)	56,25%	57,58%
33	Instituto EDP	56,25%	57,58%
34	Fundação Bradesco	56,25%	48,48%
35	Instituto Lina Galvani	56,25%	42,42%
36	Movimento Arredondar	56,25%	42,42%
37	Instituto C&A	50,00%	48,48%
38	Fundação Odebrecht	50,00%	45,45%
39	Fundação Educar DPaschoal	50,00%	39,39%
40	Alana	50,00%	39,39%
41	Instituto Cyrela	50,00%	39,39%
42	Instituto Estre	50,00%	39,39%
43	Oi Futuro	50,00%	39,39%
44	Fundação CARGILL	50,00%	36,36%
45	Instituto Arcor Brasil	43,75%	54,55%
46	Childhood Brasil	43,75%	42,42%
47	Instituto Holcim	37,50%	30,30%
48	Fundação José Luiz Egydio Setubal	37,50%	27,27%
49	Instituto Algar	37,50%	24,24%
50	Instituto Jama	31,25%	30,30%
51	Instituto Coca-Cola Brasil	31,25%	27,27%

52 Instituto 3M	31,25%	21,21%
53 Instituto Avon	25,00%	24,24%
54 Instituto Invepar	18,75%	15,15%
55 MEDIA TOTAL	63,31%	58,75%

Fonte: elaborada pela autora (2018)

Para Malacrida & Yamamoto (2006), a governança corporativa tem como principal objetivo a transparência, equidade, prestação de contas e a responsabilidade corporativa, que tem como principal fator trazer aos acionistas a melhor forma para a tomada de decisão. Atribuindo peso aos itens, analisou-se que as entidades apresentam um total de 58,75%, ou seja, faltam 41,25% para serem divulgados.

Analisando as fundações com atribuições dos escores, a soma total dos indicadores do painel GIFE seria de 33 e não mais 16 no total, verificando que houve redução na porcentagem, ou seja, as entidades associadas ao GIFE divulgaram mais informações dos itens de 1 a 5, considerados os quesitos básicos. Sendo assim, as mesmas empresas que divulgaram todas as informações continuaram sendo a Fundação FEAC e Instituto Criança é Vida.

A outra fundação que divulgou mais informações foi o Instituto Triunfo, com 30 itens apresentados, ou seja, representando 90,91%. As entidades Fundação André e Lucia Maggi; Fundação Banco do Brasil; Fundação Maria Cecilia Souto Vidigal; Fundação Otacílio Coser todas divulgaram 28 itens, representando um total de 84,85%.

Já a entidade que menos divulgou foi o Instituto Invepar, com 5 itens divulgados, representando 15,15%. Já a outra entidade é o Instituto 3M, com 7 itens apresentados com 21,21% dos itens divulgados no painel GIFE.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O envolvimento entre governança corporativa e terceiro setor apresenta uma tendência natural de convergência prática na contemporaneidade, isto ocorre devido ao fato dos recursos e dinamismo de mercado exigirem cada vez mais o avanço de processos administrativos em conformidade com a prestação de contas e alcance social, incluído de forma cada vez mais continua as entidades não governamentais. No presente trabalho foram elucidadas as formas de complementação teórica e prática da governança no terceiro setor.

O estudo utilizou como base para atingir o objetivo da pesquisa as Fundações participantes do GIFE, que totalizavam 119 entidades. Durante o levantamento de dados foram excluídas as entidades que apenas se cadastraram no IBGC, ou seja, aquelas que não apresentaram nenhuma informação adicional exigida no painel GIFE. Desse modo, foram consideradas 54 Fundações, onde todas efetuaram e se propuseram a apresentar algum tipo de informação solicitadas pelo IBGC.

Através do estudo podemos observar que foram identificadas as entidades de acordo com suas áreas de abrangência, sendo elas: Saúde; Educação; Assistência Social; Meio Ambiente; Cultura; Educação, Meio Ambiente e Saúde. A partir da análise podemos observar que a área que obteve o maior nível de divulgação dos itens foram as fundações classificadas na área da saúde, obtendo uma média de 68,75% de informações publicadas. Já a área de menor índice de divulgação correspondeu as entidades pertencentes ao grupo misto, contemplado por atividades múltiplas a Educação, meio ambiente e saúde com total de divulgações com uma média de 43,75%.

Já com a atribuição do escores para os itens pertencentes ao GIFE foi possível observar que todas as áreas obtiveram uma redução nas médias, devido as fundações publicarem mais informações básicas do painel GIFE do que as informações consideradas avançadas e intermediárias, dessa forma a área da Saúde passou a representar um percentual de 67,68% com uma redução de 1,07% e a área de Educação, meio ambiente e saúde passou a 30,30% com uma diminuição de 13,45%.

Foram analisados os quesitos mais divulgados e os menos divulgados de acordo com o painel GIFE. Os itens mais divulgados foram sobre os Principais Programas, Projetos, Ações e Atividades com percentual de 98,15%, a Missão representando 92,59%, Equipe Executiva com total de 85,19%, e o Endereço e Conselho Deliberativo com a mesmo percentual de 81,48%. Já os itens que são menos divulgados foram o Relatório de Avaliação com 7,41%, a

Assembleia Geral com percentual de 24,07%, as Informações sobre Planejamento/diretrizes Estratégicas com total de informações divulgadas de 31,48%, o Estatuto com 48,15% e por último os Relatórios de Auditores Independentes que divulgou 50% das informações do painel GIFE.

Através do estudo realizado foi possível mensurar e apresentar os principais avanços das Fundações do terceiro setor no que tange a implementação das melhores práticas de governança corporativa. Observando que a aderência das Fundações em relação as práticas ainda se encontram em estágio inicial, visto que, apenas 54 das 119 Fundações listada apresentam algum tipo de informação solicitada pelo IBGC, e ainda assim, não abordaram todos os itens de maneira completa. Conclui-se que o processo de convergência ainda se encontra em fase embrionária de consecução, visto que, na média geral o percentual de divulgação das fundações foi de 63,31% sem atribuição de escores aos itens do painel e 58,75% quando atribuído níveis de importância as informações apresentadas.

Como sugestão para as pesquisas futuras é indicada a elaboração de estudos conjuntos, envolvendo os relatórios de atividades e as demonstrações contábeis fornecidas pelas fundações, afim de, promover uma análise a respeito das conformidades e adequação dos mesmos em relação as normas da contabilidade aplicada ao terceiro setor. Também é sugerido que as próximas pesquisas ampliem o objeto de análise para outras tipologias como associações e entidades religiosas.

REFERÊNCIAS

- AVILA, L. A. C. de; BERTERO, C. O. Governança no terceiro setor: um estudo de caso em uma fundação de apoio universitário. *Rev. bras. gest. neg.*, São Paulo, v. 18, n. 59, p. 125-144, jan. 2016. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rbgn/v18n59/1806-4892-rbgn-18-59-00125.pdf>>. Acesso em: 21 abr. 2018.
- AYRES, T. *Governança Corporativa: Um Estudo de caso no terceiro setor*. 2015, p.98. Dissertação de Mestrado submetida no Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu do Instituto Superior de Administração e Economia – ISAE. Curitiba. Disponível em: <http://www.isaebrasil.com.br/wp-content/uploads/2015/12/Thiago-Ayres_VFINAL.pdf>. Acesso em: 21 set. 2018
- BARBOSA, E. *Resolução CFC nº. 1.409/2012 – Aprova a ITG 2002- Entidades sem Finalidade de Lucros*, Brasília, DF, 2012, p. 2-27. Disponível em: <<http://www.normaslegais.com.br/legislacao/resolucao-cfc-1409-2012.htm>>. Acesso em: 28 mar. 2018.
- BENTO, G. D. *Contabilidade e Gestão no Terceiro Setor: Um Estudo Bibliométrico em Periódicos Nacionais*. Florianópolis, SC, 2010, p. 13-44. Disponível em: <<https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/120809>>. Acesso em: 28 mar. 2018.
- BETTIOL JUNIOR, A.; BARBIERI, G.; MARTINS, G. de A. *Formação e Evidenciação do Resultado de Entidade do Terceiro Setor: Um Estudo de Caso*. São Paulo, SP, Brasil, 2004, p. 1-9. Disponível em: <<https://www.academia.edu/people/search?utf8=%E2%9C%93&q=Forma%C3%A7%C3%A3o+e+Evidencia%C3%A7%C3%A3o+do+Resultado+de+Entidade+do+Terceiro+Setor%3A+Um+Estudo+de+Caso>>. Acesso em: 20 abr. 2018.
- BERMUDA, W. L. et al. *Tipos de escalas utilizadas em pesquisas e suas aplicações*. Campos dos Goytacazes/RJ, v.18, n.2, p. 7-20, maio/ago. 2016. Disponível em: <<http://www.essentiaeditora.iff.edu.br/index.php/semanadaslicenciaturas/article/view/8983>>. Acesso em: 17 nov. 2018.
- BRITO, M. *Organizações religiosas perspectivas do terceiro setor*. Londrina, PR, 2013, p. 3-13. Disponível em: <https://www.inesul.edu.br/revista/arquivos/arq-idvol_29_1396385934.pdf>. Acesso em: 22 abr. 2018.
- CARNEIRO, A. de F.; OLIVEIRA, D. de L.; TORRES, L. C. Accountability e Prestação de Contas das Organizações do Terceiro Setor: Uma Abordagem à Relevância da contabilidade. *Sociedade, Contabilidade e Gestão*, Rio de Janeiro, v.6, n.2, jul. /Dez 2011, p. 90-96. Disponível em: <<http://www.spell.org.br/documentos/ver/33912/accountability-e-prestacao-de-contas-das-organi>>. Acesso em: 21 abr. 2018.
- CARRION, R. M. Organizações privadas sem fins lucrativos – a participação do mercado no Terceiro Setor. *Tempo Social; Revista de Sociologia da USP*, São Paulo: volume 12, no. 2, novembro, 2000. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-20702000000200015>. Acesso em: 15 set. 2018.

CASTILHO, A. P.; BORGES, N. R. M.; PEREIRA, V. T. *Manual de metodologia científica do ILES Itumbiara/GO*. 2. ed. Itumbiara: ILES/ULBRA, 2014. Disponível em: <<http://www.ulbra.br/upload/57c82ea6221906e563c5cf8acba19f84.pdf>>.

CHAGAS, M. L. de O. *Uso da contabilidade do terceiro setor no controle de uma instituição Eclesiástica: um estudo de caso na igreja Batista da cidade de Vertentes- PE*. Caruaru, 2011, p. 16-36. Disponível em: <<https://www.academia.edu/people/search?utf8=%E2%9C%93&q=Uso+da+contabilidade+do+terceiro+setor+no+controle+de+uma+institu%C3%A7%C3%A3o+Eclesi%C3%A1stica%3A+um+estudo+de+caso+na+igreja+Batista+da+cidade+de+Vertentes>>. Acesso em: 28 mar. 2018.

EBSSEN, Kamille Simas. *Contabilidade em Organizações do Terceiro Setor*. Florianópolis, SC, 2003, p. 18-35. Disponível em: <<http://www.pdfstart.com/preview?t=contabilidade+em+organiza%C3%A7%C3%B5es+do+terceiro+setor+-+Ufsc&u=http%3A%2F%2Ftcc.bu.ufsc.br%2FContabeis300632.PDF>>. Acesso em: 28 mar. 2018.

FERREIRA, A. et al. *Guia das Melhores Práticas de Governança: Principais Desafios na sua Implantação*. São Paulo, SP, Brasil, 2016, p. 5-18. Disponível em: <https://docs.google.com/document/d/1yo_CgYcYGZWidQtoBU97LyQTo8GHxh0UU0_dgpd6b1I/pub>. Acesso em: 13 maio 2018.

FESTA, S. *Orçamento como ferramenta de gestão nas entidades do terceiro setor: um estudo aplicado à instituição educacional superior*. Mestrado em Ciências contábeis e atuárias. São Paulo. SP, Brasil. 2017, p. 15-88. Disponível em: <https://www.google.com/url?sa=t&rct=j&q=&esrc=s&source=web&cd=1&ved=0ahUKEwj u1sX9I83bAhXFTJAKHd1tBKcQFggoMAA&url=https%3A%2F%2Ftede2.pucsp.br%2Fhandle%2Fhandle%2F20300&usg=AOvVaw10VhtQbaO_33LPgyhBap-R>. Acesso em: 28 mar. 2018.

FIORINI, F. A.; ALONSO JUNIOR, N.; ALONSO, V. L. C. *Governança Corporativa: Conceitos e aplicações*. São Paulo, SP, 2015, p. 1-15. Disponível em: <<https://www.aedb.br/seget/arquivos/artigos16/19524178.pdf>>. Acesso em: 28 mar. 2018.

FRANÇA, J. A. et al. *Manual de procedimento para o terceiro setor: aspectos de gestão e de contabilidade para entidade de interesse social*. Brasília: CFC: FBC: Profis, 2015, p. 5-200. Disponível em: <http://portalcfc.org.br/wordpress/wp-content/uploads/2013/01/Miolo_MTS_web.pdf>. Acesso em: 28 mar. 2018.

GIFE, Grupo de Institutos Fundações e Empresas. *Censo GIFE*. <<https://gife.org.br/censo-gife>>. Acesso em: 15 set. 2018.

GIL, A. C. *Métodos e Técnicas de pesquisa social*. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

IBGC. *Código das Melhores práticas de governança corporativa*. 5.ed./ Instituto Brasileiro de Governança Corporativa- São Paulo, SP: IBGC, 2015, p. 13-100. Disponível em: <<http://www.ibgc.org.br/userfiles/files/Publicacoes/Publicacao-IBGCCodigo-CodigodasMelhoresPraticasdeGC-5aEdicao.pdf>>. Acesso em: 13 maio 2018.

IBGE, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. *Fundações Privadas e Associações sem fins Lucrativos- fasfil*. Disponível em:

<https://ww2.ibge.gov.br/home/estatistica/economia/fasfil/2010/default_fundacoes_xls.shtm>. Acesso em: 15 set. 2018.

JUSTI, J.; VIEIRA, T. P. *Manual para padronização de trabalhos de graduação e pós-graduação lato sensu e stricto sensu*. Rio Verde: Ed. UniRV, 2016. Disponível em: <<http://www.unirv.edu.br/conteudos/fckfiles/files/Manual%20para%20padronizacao%20de%20trabalhos%20de%20graduacao%20e%20pos-graduacao%20-%20UniRV%20-%20oficial%202016.pdf>>. Acesso em: 28 mar. 2018.

KAUARK, F. da S.; MANHAES, F. C.; MEDEIROS, C. H. *Metodologia da Pesquisa*. Um guia prático. Itabuna, BA, 2010. Disponível em: <http://197.249.65.74:8080/biblioteca/bitstream/123456789/713/1/Metodologia%20da%20Pesquisa.pdf>. Acesso em: 28 mar. 2018.

LAKATOS, E. M.; MARCONI, M. de A. *Metodologia do trabalho científico*. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2003.

LUCA, C. de A. *O terceiro setor na Economia Brasileira*. Florianópolis, SC, 2008, p. 19-48.

LUCA, M. M. M.; BRITO, P. P. *A Utilização dos Demonstrativos Contábeis como Instrumento de Apoio a Gestão nas Organizações não Governamentais: um Estudo de caso no Estado do Ceará*. Disponível em: <<http://www.anpad.org.br/enanpad/2006/dwn/enanpad2006-ficb-1157.pdf>>. Acesso em: 20 mar. 2018.

MACHADO, G. L. *Governança Corporativa em uma organização hospitalar de ordem religiosa: um estudo de caso*. Porto Alegre, 2014, p. 27-38. Disponível em: <<http://www.repositorio.jesuita.org.br/bitstream/handle/UNISINOS/4031/GuilhermeMachado.pdf?sequence=1>>. Acesso em: 18 maio 2018.

MARION, J. C. *Contabilidade empresarial*. 10. ed. São Paulo: Atlas, 2003.

MELO, J. B. *Terceiro Setor: Contabilidade Aplicada aos Partidos Políticos*. Rondonópolis, MT, 2017, p. 31-35. Disponível em: <http://www1.ufmt.br/ufmt/unidade/userfiles/publicacoes/fd3eba7dc21c00dbd25f8c6f77c2e286.pdf>. Acesso em: 28 mar. 2018.

NETO, M. C. *A Contabilidade como instrumento de transparência para as entidades do Terceiro Setor: Um estudo de caso na Associação à Criança Deficiente (AACD), Fortaleza, CE, novembro, 2013, p. 3-17*. Disponível em: <<http://ww2.faculdadescearenses.edu.br/biblioteca/monografias/graduacao/5-ciencias-contabeis/184-a-contabilidade-como-instrumento-de-transparencia-para-as-entidades-do-terceiro-setor-um-estudo-de-caso-na-associacao-de-assistencia-a-crianca-deficiente-aacd>>. Acesso em: 28 mar. 2018.

NOGUEIRA, F. do A.; SCHOMMER, P. C. *Quinze Anos de Investimento Social Privado no Brasil: Conceito e Práticas em Construção*. EnANPAD. São Paulo, SP, Brasil, 2009, p 1-16. Disponível em: <https://idis.org.br/wp-content/uploads/2009/11/ISP_15_anos.pdf>. Acesso em: 15 set. 2018.

OLAK, P. A. et al. *Contabilidade do terceiro setor: uma abordagem operacional: aplicável às associações, fundações, partidos políticos e organizações religiosas*. São Paulo: Atlas, 2012.

OLAK, P. A.; NASCIMENTO, D. T. do. *Contabilidade para Entidades sem fins lucrativos- Terceiro Setor/*. 3 ed. São Paulo: Atlas, 2010.

OLIVEIRA, C. P.; MANOLESCU, F. M. K. *A importância do Terceiro Setor*. UNIVAP-FCSAC- Faculdade de Ciências Sociais Aplicadas e Comunicação, São Paulo, SP, Brasil, 2010, p. 1-3. Disponível em: <http://www.inicepg.univap.br/cd/INIC_2010/anais/arquivos/0020_0210_01.pdf>. Acesso em: 28 mar. 2018.

OLIVEIRA, D. dos S.; DURÃS, S. A. L. *Atuação da Contabilidade no Terceiro Setor: o estudo de caso Mitra Arquidiocesana de Vitória, Serras, ES, 2014, p. 19-27*. Disponível em: <<http://faserra.edu.br/downloads/monografias/atuacaocontabilidadeterceirosetor.pdf>>. Acesso em: 30 mar. 2018.

OLIVEIRA, L. M. de et al. *Terceiro setor: características e gestão*. São Paulo, SP: cenofisco editora, 2015.

PADOVEZE, C. L. *Contabilidade gerencial*. 2. ed. São Paulo: Atlas, 1997.

PALÁCIOS, A. C. de C.; IBÁÑEZ, M. B. *Terceiro setor: Guia de orientação para o profissional da contabilidade*. Conselho Regional de contabilidade do Rio Grande de Sul. Porto Alegre. RS, 2016, p. 13-37. Disponível em: http://www.crcrs.org.br/arquivos/livros/livro_3setor.pdf. Acesso em: 28 mar. 2018.

PEREIRA, A. C. et al. *Evidenciação contábil: análise do nível de divulgação das demonstrações contábeis por empresas do Estado de Goiás, Florianópolis, SC, Brasil, 2005, p. 2-3*. Disponível em: <<https://anaiscbc.emnuvens.com.br/anais/article/view/2082>>. Acesso em: 30 maio 2018.

PRODANOV, C. C.; FREITAS, E. C. de F. *Metodologia do Trabalho científico: métodos e técnicas da pesquisa e do trabalho acadêmica*. 2 ed. Novo Hamburgo: Feevale, 2013. Disponível em: <<http://www.feevale.br/Comum/midias/8807f05a-14d0-4d5b-b1ad-1538f3aef538/E-book%20Metodologia%20do%20Trabalho%20Cientifico.pdf>>. Acesso em: 10 maio 2018.

QUEIROZ, A. *A responsabilidade social das empresas no Brasil: um estudo sobre os indicadores*. V Congresso Internacional del CLAD sobre lá Reforma del Estado y de la Administración Pública, Santo Domingo, Rep. Dominicana, 24 - 27 Oct. 2000. Disponível em: <<http://unpan1.un.org/intradoc/groups/public/documents/CLAD/clad0038512.pdf>>. Acesso em: 04 out. 2018.

RENGEL, S. et al. *Importância do Balanço Social para as entidades do Terceiro Setor sob a ótica dos Gestores das APAES da Região do Alto Vale do Itajaí/SC*. *Revista Pensar Contábil do ano de 2012*. Disponível em: <<http://docplayer.com.br/7708454-Importancia-do-balanco-social-para-as-entidades-do-terceiro-setor-sob-a-otica-dos-gestores-das-apaes-da-regiao-do-alto-vale-do-itajai-sc.html>> Acesso em: 20 mar. 2018.

RODRIGUES, D. M. G. *Sistemas de controle no terceiro setor de uma instituição Eclesiástica: um estudo de caso na Igreja Evangélica Catedral das Assembleias de Deus- Ministério de Madureira da Cidade de Campina Grande-PB*. Campina Grande. PB, 2014, p 1-23. Disponível em: <<http://dspace.bc.uepb.edu.br/jspui/handle/123456789/6454>>. Acesso em: 28 mar. 2018.

ROCHA, I. B. de L. *As dificuldades de Implantação de Práticas de Governança Corporativa em ONGs*. Universidade Federal de Pernambuco Centro de Ciências Sociais Aplicadas, Departamento de Ciências Administrativas Programa de Pós-graduação em Administração. Recife, 2013, p. 14-48. Disponível em: <<https://repositorio.ufpe.br/handle/123456789/10916>>. Acesso em: 28 mar. 2018.

SANTOS, L. B.; DUQUE, A. P. O.; ALVES, F. J. dos S. *Governança corporativa no terceiro setor: um estudo à Luz da transparência*. São Paulo, SP, Brasil, 2016, p. 1-9. Disponível em: <<http://www.convibra.com.br/artigo.asp?ev=16&p=&lang=pt&id=13181>>. Acesso em: 28 mar. 2018.

SATHLER, L. R. G. *Governança no terceiro setor: estudo descritivo-exploratório do comportamento de conselhos curadores de fundações empresariais no Brasil*. 2008. Tese (Doutorado) - Universidade de São Paulo, São Paulo, São Paulo, Brasil, 2008.

SCHIMITH, P. F.; CHAGAS, P. B. A aplicação da governança corporativa no terceiro setor: um estudo de caso. *Artigo apresentado e premiado na XXIX SEMAD 2009- Semana do Administrador/UEM*, Realizada de 28 a 30 de outubro, 2009. Disponível em: <<http://periodicos.uem.br/ojs/index.php/CadAdm/article/view/11613>>. Acesso em: 29 mar. 2018.

SOUSA, L. da S. *Terceiro Setor, o diverso e a diversidade: o caso de uma organização recreativa*. Uberlândia, 2017, p. 14-57. Disponível em: <<https://repositorio.ufu.br/handle/123456789/20679>>. Acesso em: 29 mar. 2018.

SOUZA, M. de F. C. *O Estado Brasileiro e o Terceiro Setor: Políticas Públicas e a Extrafiscalidade na Educação Superior*. Doutorado em Ciências Sociais. São Paulo, SP, 2017, p. 29-126. Disponível em: <<https%3A%2F%2Ftede.pucsp.br%2Fbitstream%2Fhandle%2F20646%2F2%2FMarlene%2520de%2520F%25C3%25A1tima%2520Campos%2520Souza.pdf&usg=AOvVaw2E9ODcK0v3JPZOesxPVPjq>>. Acesso em: 28 mar. 2018.

TSAI, P. Y.; YAMAMOTO, M. M. Análise comparativa entre o setor privado e o terceiro setor. Congresso USP de Controladoria e Contabilidade. *Anais*, São Paulo, SP, Brasil, 2005, p. 01-12. Disponível em: <<http://www.congressousp.fipecafi.org/anais/artigos22005/589.pdf>>. Acesso em: 26 mar. 2018.

ZYLBERSZTANJ, D.; FILHO MACHADO, C. A. P. Responsabilidade Social Corporativa e a Criação de Valor para as Organizações. *Revista de Administração da UNIMEP*, v.1, n.1, São Paulo, SP 2013, p.1-24. Disponível em: <<http://www.raunimep.com.br/ojs/index.php/regen/article/view/122/208>>. Acesso em: 28 mar. 2018.

APÊNDICES

APÊNDICE A – Análise das entidades

ENTIDADES	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15	16	TOTA L	%
Aldeias Infantis SOS	1	1	1	1	1	1	1	1	0	1	1	0	1	1	1	0	13	81,25 %
ChildFund Brasil – Fundo para Crianças	1	1	1	1	1	1	1	0	1	0	1	1	1	1	1	0	13	81,25 %
Childhood Brasil	1	0	1	0	0	1	1	0	0	1	1	1	0	0	0	0	7	43,75 %
Fundação Affonso Brandão Hennel (FABH)	0	0	1	1	0	1	1	1	0	1	1	0	1	0	1	0	9	56,25 %
Fundação André e Lucia Maggi	1	1	1	1	1	1	1	1	0	1	1	1	1	1	1	0	14	87,50 %
Fundação ArcelorMittal Brasil	1	1	1	1	1	1	1	1	0	1	1	0	0	0	0	0	10	62,50 %
Fundação Avina	1	1	1	1	1	1	0	0	0	1	1	1	1	0	1	0	11	68,75 %
Fundação Banco do Brasil	1	1	1	1	1	1	1	1	0	1	1	1	1	1	1	0	14	87,50 %
Fundação Bradesco	1	1	1	1	1	0	0	0	0	1	1	0	1	0	1	0	9	56,25 %
Fundação Cargill	1	1	1	1	1	1	0	0	0	1	1	0	0	0	0	0	8	50,00 %
Fundação Educar DPaschoal	1	1	1	1	0	1	1	0	0	1	1	0	0	0	0	0	8	50,00 %
Fundação FEAC	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	16	##### ##
Fundação Grupo Boticário	0	1	1	1	1	1	1	1	0	1	1	1	1	1	1	0	13	81,25 %
Fundação Iochpe	1	1	1	0	0	1	1	1	0	1	1	0	1	1	1	0	11	68,75 %
Fundação José Luiz Egydio Setubal	1	1	0	1	1	1	0	0	0	0	1	0	0	0	0	0	6	37,50 %
Fundação Maria Cecília Souto Vidigal	1	1	1	1	1	1	1	1	0	1	1	1	1	1	1	0	14	87,50 %
Fundação Odebrecht	1	1	0	1	0	1	0	1	0	1	1	0	1	0	0	0	8	50,00 %

Fundação Otacílio Coser	1	1	0	1	0	1	1	1	1	1	1	0	1	1	1	1	13	87,25 %
Fundação Projeto Pescar	1	1	1	1	1	1	1	1	0	1	1	0	1	0	0	0	11	68,75 %
Fundação Roberto Marinho	1	1	0	1	1	1	1	1	0	1	1	0	1	0	0	1	11	68,75 %
Fundação Romi	1	1	0	1	1	1	1	1	0	1	1	1	1	1	1	0	13	81,25 %
Fundação Semear	1	1	1	1	1	1	1	1	0	1	1	0	1	1	1	0	13	81,25 %
Fundação Stickel	1	1	1	1	1	1	1	1	0	1	1	0	1	1	1	0	13	81,25 %
Fundação Tide Setubal	1	1	0	1	1	0	0	0	0	1	1	1	1	1	1	0	10	62,50 %
Fundação Volkswagen	1	0	0	1	0	1	1	0	0	1	1	0	1	1	1	0	9	56,25 %
Instituto Alair Martins – IAMAR	1	1	1	1	0	1	1	0	1	1	1	0	1	1	1	0	12	75,00 %
Inspirare	1	1	1	1	1	0	1	1	1	1	1	0	0	0	0	0	10	62,50 %
Instituto 3M	1	1	1	1	0	0	0	0	0	0	1	0	0	0	0	0	5	31,25 %
Alana	1	1	1	1	0	0	1	1	0	1	1	0	0	0	0	0	8	50,00 %
Instituto Algar	1	1	1	1	1	0	0	0	0	0	1	0	0	0	0	0	6	37,50 %
Instituto Arapyau	1	1	1	1	1	1	1	0	0	1	1	0	1	0	1	0	11	68,75 %
Instituto Arcor Brasil	0	0	0	0	0	1	1	0	0	1	1	0	1	1	1	0	7	43,75 %
Movimento Arredondar	1	1	1	1	1	1	0	0	1	1	1	0	0	0	0	0	9	56,25 %
Instituto Avon	0	0	0	1	0	1	0	0	0	1	1	0	0	0	0	0	4	25,00 %
B3 Social	1	1	0	1	1	1	1	0	0	0	1	0	1	1	1	0	10	62,50 %
Instituto C&A	1	0	0	1	1	1	0	0	0	1	1	1	1	0	0	0	8	50,00 %
Instituto de Cidadania Empresarial	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	0	15	93,75 %
Instituto Clima e Sociedade	1	1	1	1	1	1	1	1	0	1	1	1	0	1	1	0	13	81,25 %

Instituto Coca-Cola Brasil	1	1	0	1	0	0	0	0	0	0	1	0	1	0	0	0	5	31,25 %
Instituto Criança é Vida	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	16	##### ##
Instituto Cyrela	1	0	1	1	1	1	1	0	0	1	1	0	0	0	0	0	8	50,00 %
Instituto Desiderata	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	0	0	1	1	1	0	13	81,25 %
Instituto EDP	0	0	1	1	1	1	0	0	0	1	1	0	1	1	1	0	9	56,25 %
Instituto Estre	1	1	1	1	1	0	0	0	0	1	1	0	1	0	0	0	8	50,00 %
Instituto Holcim	0	1	1	1	1	0	0	0	0	0	1	1	0	0	0	0	6	37,50 %
Instituto Invepar	0	0	0	1	1	0	0	0	0	0	1	0	0	0	0	0	3	18,75 %
Instituto Jama	0	0	0	1	0	1	1	0	0	1	1	0	0	0	0	0	5	31,25 %
Instituto Lina Galvani	1	1	1	1	1	1	1	0	0	1	1	0	0	0	0	0	9	56,25 %
Instituto Natura	0	0	0	0	1	1	1	1	0	1	1	1	1	1	1	0	10	62,50 %
Instituto Sabin	1	1	1	1	0	1	1	1	1	1	1	0	1	1	1	0	13	81,25 %
Instituto Triunfo	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	0	15	93,75 %
Instituto Wal-Mart	0	0	1	1	1	1	1	0	1	1	1	0	0	1	1	0	10	62,50 %
Oi Futuro	1	1	0	1	1	1	1	0	0	1	1	0	0	0	0	0	8	50,00 %
SITAWI Finanças do Bem	1	1	0	1	1	1	1	1	1	1	1	0	1	1	1	0	13	81,25 %
TOTAL	44	42	37	50	39	44	38	26	13	46	53	17	35	27	31	4	546	63,31 %
%	81,48 %	77,78 %	68,52 %	92,59 %	72,22 %	81,48 %	70,37 %	48,15 %	24,07 %	85,19 %	98,15 %	31,48 %	64,81 %	50,00 %	57,41 %	7,41 %		

APÊNDICE B – Análise da área da Saúde

GRUPO SAÚDE	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15	16	TOTAL	%
Instituto Avon	0	0	0	1	0	1	0	0	0	1	1	0	0	0	0	0	4	25,00%
Instituto Criança é Vida	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	16	100,00%
Instituto Sabin	1	1	1	1	0	1	1	1	1	1	1	0	1	1	1	0	13	81,25%
TOTAL	2	2	2	3	1	3	2	2	2	3	3	1	2	2	2	1	33	68,75%

APÊNDICE C – Análise da área de Educação

GRUPO EDUCAÇÃO	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15	16	TOTAL	%
Fundação Bradesco	1	1	1	1	1	0	0	0	0	1	1	0	1	0	1	0	9	56,25%
Fundação Educar DPaschoal	1	1	1	1	0	1	1	0	0	1	1	0	0	0	0	0	8	50,00%
Fundação Iochpe	1	1	1	0	0	1	1	1	0	1	1	0	1	1	1	0	11	68,75%
Fundação Otacílio Coser	1	1	0	1	0	1	1	1	1	1	1	0	1	1	1	1	13	81,25%
Fundação Roberto Marinho	1	1	0	1	1	1	1	1	0	1	1	0	1	0	0	1	11	68,75%
Fundação Romi	1	1	0	1	1	1	1	1	0	1	1	1	1	1	1	0	13	81,25%
Fundação Stickel	1	1	1	1	1	1	1	1	0	1	1	0	1	1	1	0	13	81,25%
Fundação Volkswagen	1	0	0	1	0	1	1	0	0	1	1	0	1	1	1	0	9	56,25%
Inspirare	1	1	1	1	1	0	1	1	1	1	1	0	0	0	0	0	10	62,50%
Instituto 3M	1	1	1	1	0	0	0	0	0	0	1	0	0	0	0	0	5	31,25%
Instituto Alair Martins – IAMAR	1	1	1	1	0	1	1	0	1	1	1	0	1	1	1	0	12	75,00%
Instituto Arcor Brasil	0	0	0	0	0	1	1	0	0	1	1	0	1	1	1	0	7	43,75%
Instituto C&A	1	0	0	1	1	1	0	0	0	1	1	1	1	0	0	0	8	50,00%
Instituto Cyrela	1	0	1	1	1	1	1	0	0	1	1	0	0	0	0	0	8	50,00%
Instituto Jama	0	0	0	1	0	1	1	0	0	1	1	0	0	0	0	0	5	31,25%
Instituto Natura	0	0	0	0	1	1	1	1	0	1	1	1	1	1	1	0	10	62,50%
Instituto Desiderata	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	0	0	1	1	1	0	13	81,25%
Instituto Wal-Mart	0	0	1	1	1	1	1	0	1	1	1	0	0	1	1	0	10	62,50%
TOTAL	14	11	10	15	10	15	15	8	5	17	17	3	12	10	11	2	175	60,76%

APÊNDICE D – Análise da área de Assistência Social

GRUPO ASSISTÊNCIA SOCIAL	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15	16	TOTAL	%
B3 Social	1	1	0	1	1	1	1	0	0	0	1	0	1	1	1	0	10	62,50%
ChildFund Brasil – Fundo para Crianças	1	1	1	1	1	1	1	0	1	0	1	1	1	1	1	0	13	81,25%
Childhood Brasil	1	0	1	0	0	1	1	0	0	1	1	1	0	0	0	0	7	43,75%
Fundação Affonso Brandão Hennel (FABH)	0	0	1	1	0	1	1	1	0	1	1	0	1	0	1	0	9	56,25%
Fundação André e Lucia Maggi	1	1	1	1	1	1	1	1	0	1	1	1	1	1	1	0	14	87,50%
Fundação ArcelorMittal Brasil	1	1	1	1	1	1	1	1	0	1	1	0	0	0	0	0	10	62,50%
Fundação FEAC	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	16	100,00%
Fundação José Luiz Egydio Setubal	1	1	0	1	1	1	0	0	0	0	1	0	0	0	0	0	6	37,50%
Fundação Maria Cecília Souto Vidigal	1	1	1	1	1	1	1	1	0	1	1	1	1	1	1	0	14	87,50%
Fundação Projeto Pescar	1	1	1	1	1	1	1	1	0	1	1	0	1	1	1	0	13	81,25%
Fundação Semear	1	1	1	1	1	1	1	1	0	1	1	0	1	1	1	0	13	81,25%
Fundação Tide Setubal	1	1	0	1	1	0	0	0	0	1	1	1	1	1	1	0	10	62,50%
Alana	1	1	1	1	0	0	1	1	0	1	1	0	0	0	0	0	8	50,00%
Instituto de Cidadania Empresarial	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	0	15	93,75%
Instituto Holcim	0	1	1	1	1	0	0	0	0	0	1	1	0	0	0	0	6	37,50%
TOTAL	13	13	12	14	12	12	12	9	3	11	15	8	10	9	10	1	164	68,33%

APÊNDICE E – Análise da área do Meio Ambiente

GRUPO MEIO AMBIENTE	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15	16	TOTAL	%
Aldeias Infantis SOS	1	1	1	1	1	1	1	1	0	1	1	0	1	1	1	0	13	81,25%
Fundação ArcelorMittal Brasil	1	1	1	1	1	1	1	1	0	1	1	0	0	0	0	0	10	62,50%
Fundação Banco do Brasil	1	1	1	1	1	1	1	1	0	1	1	1	1	1	1	0	14	87,50%
Fundação Grupo Boticário	0	1	1	1	1	1	1	1	0	1	1	1	1	1	1	0	13	81,25%
Fundação Odebrecht	1	1	0	1	0	1	0	1	0	1	1	0	1	0	0	0	8	50,00%
Instituto Arapyauá	1	1	1	1	1	1	1	0	0	1	1	0	1	0	1	0	11	68,75%
Instituto Clima e Sociedade	1	1	1	1	1	1	1	1	0	1	1	1	0	1	1	0	13	81,25%
Instituto Coca-Cola Brasil	1	1	0	1	0	0	0	0	0	0	1	0	1	0	0	0	5	31,25%
Instituto EDP	0	0	1	1	1	1	0	0	0	1	1	0	1	1	1	0	9	56,25%
Instituto Estre	1	1	1	1	1	0	0	0	0	1	1	0	1	0	0	0	8	50,00%
Instituto Invepar	0	0	0	1	1	0	0	0	0	0	1	0	0	0	0	0	3	18,75%
Instituto Lina Galvani	1	1	1	1	1	1	1	0	0	1	1	0	0	0	0	0	9	56,25%
Instituto Triunfo	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	0	15	93,75%
Fundação Avina	1	1	1	1	1	1	0	0	0	1	1	1	1	0	1	0	11	68,75%
SITAWI Finanças do Bem	1	1	0	1	1	1	1	1	1	1	1	0	1	1	1	0	13	81,25%
TOTAL	12	13	11	15	13	12	9	8	2	13	15	5	11	7	9	0	155	64,58%

APÊNDICE F – Análise da área Cultura

GRUPO CULTURA	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15	16	TOTAL	%
Movimento Arredondar	1	1	1	1	1	1	0	0	1	1	1	0	0	0	0	0	9	56,25%
Oi Futuro	1	1	0	1	1	1	1	0	0	1	1	0	0	0	0	0	8	50,00%
TOTAL	2	2	1	2	2	2	1	0	1	2	2	0	0	0	0	0	17	53,13%

APÊNDICE G – Análise da área mista Educação, Meio Ambiente e Saúde

EDUCAÇÃO, MEIO AMBIENTE E SAÚDE	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15	16	TOTAL	%
Fundação Cargill	1	1	1	1	1	1	0	0	0	1	1	0	0	0	0	0	8	50,00%
Instituto Algar	1	1	1	1	1	0	0	0	0	0	1	0	0	0	0	0	6	37,50%
TOTAL	2	2	2	2	2	1	0	0	0	1	2	0	0	0	0	0	14	43,75%

APÊNDICE H – Análise com escore de todas as entidades

ENTIDADES	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15	16	TOTAL	%
Aldeias Infantis SOS	1	1	1	1	1	2	2	2	0	2	3	0	3	3	3	0	25	75,76%
ChildFund Brasil – Fundo para Crianças	1	1	1	1	1	2	2	0	2	0	3	3	3	3	3	0	26	78,78%
Childhood Brasil	1	0	1	0	0	2	2	0	0	2	3	3	0	0	0	0	14	42,42%
Fundação Affonso Brandão Hennel (FABH)	0	0	1	1	0	2	2	2	0	2	3	0	3	0	3	0	19	57,58%
Fundação André e Lucia Maggi	1	1	1	1	1	2	2	2	0	2	3	3	3	3	3	0	28	84,85%
Fundação ArcelorMittal Brasil	1	1	1	1	1	2	2	2	0	2	3	0	0	0	0	0	16	48,48%
Fundação Avina	1	1	1	1	1	2	0	0	0	2	3	3	3	0	3	0	21	63,64%
Fundação Banco do Brasil	1	1	1	1	1	2	2	2	0	2	3	3	3	3	3	0	28	84,85%
Fundação Bradesco	1	1	1	1	1	0	2	0	0	2	3	0	3	0	3	0	18	48,48%
Fundação CARGILL	1	1	1	1	1	2	0	0	0	2	3	0	0	0	0	0	12	36,36%
Fundação Educar DPaschoal	1	1	1	1	0	2	2	0	0	2	3	0	0	0	0	0	13	39,39%
Fundação FEAC	1	1	1	1	1	2	2	2	2	2	3	3	3	3	3	3	33	100,00%
Fundação Grupo Boticário	0	1	1	1	1	2	2	2	0	2	3	3	3	3	3	0	27	81,82%
Fundação Iochpe	1	1	1	0	0	2	2	2	0	2	3	0	3	3	3	0	23	69,70%
Fundação José Luiz Egydio Setubal	1	1	0	1	1	2	0	0	0	0	3	0	0	0	0	0	9	27,27%
Fundação Maria Cecília Souto Vidigal	1	1	1	1	1	2	2	2	0	2	3	3	3	3	3	0	28	84,85%
Fundação Odebrecht	1	1	0	1	0	2	0	2	0	2	3	0	3	0	0	0	15	45,45%
Fundação Otacílio Coser	1	1	0	1	0	2	2	2	2	2	3	0	3	3	3	3	28	84,85%
Fundação Projeto Pescar	1	1	1	1	1	2	2	2	0	2	3	0	3	0	0	0	19	57,58%
Fundação Roberto Marinho	1	1	0	1	1	2	2	2	0	2	3	0	3	0	0	3	21	63,64%
Fundação Romi	1	1	0	1	1	2	2	2	0	2	3	3	3	3	3	0	27	81,82%
Fundação Semear	1	1	1	1	1	2	2	2	0	2	3	0	3	3	3	0	25	75,76%
Fundação Stickel	1	1	1	1	1	2	2	2	0	2	3	0	3	3	3	0	25	75,76%
Fundação Tide Setubal	1	1	0	1	1	0	0	0	0	2	3	3	3	3	3	0	21	63,64%

Fundação Volkswagen	1	0	0	1	0	2	2	0	0	2	3	0	3	3	3	0	20	60,61%
Instituto Alair Martins – IAMAR	1	1	1	1	0	2	2	0	2	2	3	0	3	3	3	0	24	72,73%
Inspirare	1	1	1	1	1	0	2	2	2	2	3	0	0	0	0	0	16	48,48%
Instituto 3M	1	1	1	1	0	0	0	0	0	0	3	0	0	0	0	0	7	21,21%
Alana	1	1	1	1	0	0	2	2	0	2	3	0	0	0	0	0	13	39,39%
Instituto Algar	1	1	1	1	1	0	0	0	0	0	3	0	0	0	0	0	8	24,24%
Instituto Arapyauá	1	1	1	1	1	2	2	0	0	2	3	0	3	0	3	0	20	60,61%
Instituto Arcor Brasil	0	0	0	0	0	2	2	0	0	2	3	0	3	3	3	0	18	54,55%
Movimento Arredondar	1	1	1	1	1	2	0	0	2	2	3	0	0	0	0	0	14	42,42%
Instituto Avon	0	0	0	1	0	2	0	0	0	2	3	0	0	0	0	0	8	24,24%
B3 Social	1	1	0	1	1	2	2	0	0	0	3	0	3	3	3	0	20	60,61%
Instituto C&A	1	0	0	1	1	2	0	0	0	2	3	3	3	0	0	0	16	48,48%
Instituto de Cidadania Empresarial	1	1	1	1	1	2	2	2	2	2	3	3	3	3	3	0	30	90,91%
Instituto Clima e Sociedade	1	1	1	1	1	2	2	2	0	2	3	3	0	3	3	0	25	75,76%
Instituto Coca-Cola Brasil	1	1	0	1	0	0	0	0	0	0	3	0	3	0	0	0	9	27,27%
Instituto Criança é Vida	1	1	1	1	1	2	2	2	2	2	3	3	3	3	3	3	33	100,00%
Instituto Cyrela	1	0	1	1	1	2	2	0	0	2	3	0	0	0	0	0	13	39,39%
Instituto Desiderata	1	1	1	1	1	2	2	2	2	2	0	0	3	3	3	0	24	72,73%
Instituto EDP	0	0	1	1	1	2	0	0	0	2	3	0	3	3	3	0	19	57,58%
Instituto Estre	1	1	1	1	1	0	0	0	0	2	3	0	3	0	0	0	13	39,39%
Instituto Holcim	0	1	1	1	1	0	0	0	0	0	3	3	0	0	0	0	10	30,30%
Instituto Invepar	0	0	0	1	1	0	0	0	0	0	3	0	0	0	0	0	5	15,15%
Instituto Jama	0	0	0	1	0	2	2	0	0	2	3	0	0	0	0	0	10	30,30%
Instituto Lina Galvani	1	1	1	1	1	2	2	0	0	2	3	0	0	0	0	0	14	42,42%
Instituto Natura	0	0	0	0	1	2	2	2	0	2	3	3	3	3	3	0	24	72,73%
Instituto Sabin	1	1	1	1	0	2	2	2	2	2	3	0	3	3	3	0	26	78,79%
Instituto Triunfo	1	1	1	1	1	2	2	2	2	2	3	3	3	3	3	0	30	90,91%
Instituto Wal-Mart	0	0	1	1	1	2	2	0	2	2	3	0	0	3	3	0	20	60,61%
Oi Futuro	1	1	0	1	1	2	2	0	0	2	3	0	0	0	0	0	13	39,39%

SITAWI Finanças do Bem	1	1	0	1	1	2	2	2	2	2	3	0	3	3	3	0	26	78,79%
TOTAL	44	42	37	50	39	88	78	52	26	92	159	51	105	81	93	12	1049	58,75%

APÊNDICE I – Análise com escore da área da Saúde

ÁREA-SAÚDE	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15	16	TOTAL	%
Instituto Avon	0	0	0	1	0	2	0	0	0	2	3	0	0	0	0	0	8	24,24%
Instituto Criança é Vida	1	1	1	1	1	2	2	2	2	2	3	3	3	3	3	3	33	100,00%
Instituto Sabin	1	1	1	1	0	2	2	2	2	2	3	0	3	3	3	0	26	78,79%
TOTAL	2	2	2	3	1	6	4	4	4	6	9	3	6	6	6	3	67	67,68%

APÊNDICE J – Análise com escore da área da Assistência Social

ÁREA-ASSISTENCIA SOCIAL	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15	16	TOTAL	%
B3 Social	1	1	0	1	1	2	2	0	0	0	3	0	3	3	3	0	20	60,61%
ChildFund Brasil – Fundo para Crianças	1	1	1	1	1	2	2	0	2	0	3	3	3	3	3	0	26	78,79%
Childhood Brasil	1	0	1	0	0	2	2	0	0	2	3	3	0	0	0	0	14	42,42%
Fundação Affonso Brandão Hennel (FABH)	0	0	1	1	0	2	2	2	0	2	3	0	3	0	3	0	19	57,58%
Fundação André e Lucia Maggi	1	1	1	1	1	2	2	2	0	2	3	3	3	3	3	0	28	84,85%
Fundação FEAC	1	1	1	1	1	2	2	2	2	2	3	3	3	3	3	3	33	100,00%
Fundação José Luiz Egydio Setubal	1	1	0	1	1	2	0	0	0	0	3	0	0	0	0	0	9	27,27%
Fundação Maria Cecília Souto Vidigal	1	1	1	1	1	2	2	2	0	2	3	3	3	3	3	0	28	84,85%
Fundação Projeto Pescar	1	1	1	1	1	2	2	2	0	2	3	0	3	0	0	0	19	57,58%
Fundação Semear	1	1	1	1	1	2	2	2	0	2	3	0	3	3	3	0	25	75,76%
Fundação Tide Setubal	1	1	0	1	1	0	0	0	0	2	3	3	3	3	3	0	21	63,64%
Alana	1	1	1	1	0	0	2	2	0	2	3	0	0	0	0	0	13	39,39%
Instituto de Cidadania Empresarial	1	1	1	1	1	2	2	2	2	2	3	3	3	3	3	0	30	90,91%
Fundação ArcelorMittal Brasil	1	1	1	1	1	2	2	2	0	2	3	0	0	0	0	0	16	48,48%
Instituto Holcim	0	1	1	1	1	0	0	0	0	0	3	3	0	0	0	0	10	30,30%
TOTAL	13	13	12	14	12	24	24	18	6	22	45	24	30	24	27	3	311	62,83%

APÊNDICE K – Análise com escore da área da Educação

ÁREA-EDUCAÇÃO	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15	16	TOTAL	%
Fundação Bradesco	1	1	1	1	1	0	0	0	0	2	3	0	3	0	3	0	16	48,48%
Fundação Educar DPaschoal	1	1	1	1	0	2	2	0	0	2	3	0	0	0	0	0	13	39,39%
Fundação Iochpe	1	1	1	0	0	2	2	2	0	2	3	0	3	3	3	0	23	69,70%
Fundação Otacílio Coser	1	1	0	1	0	2	2	2	2	2	3	0	3	3	3	3	28	84,85%
Fundação Roberto Marinho	1	1	0	1	1	2	2	2	0	2	3	0	3	0	0	3	21	63,64%
Fundação Romi	1	1	0	1	1	2	2	2	0	2	3	3	3	3	3	0	27	81,82%
Fundação Stickel	1	1	1	1	1	2	2	2	0	2	3	0	3	3	3	0	25	75,76%
Fundação Volkswagen	1	0	0	1	0	2	2	0	0	2	3	0	3	3	3	0	20	60,61%
Inspirare	1	1	1	1	1	0	2	2	2	2	3	0	0	0	0	0	16	48,48%
Instituto 3M	1	1	1	1	0	0	0	0	0	0	3	0	0	0	0	0	7	21,21%
Instituto Alair Martins – IAMAR	1	1	1	1	0	2	2	0	2	2	3	0	3	3	3	0	24	72,73%
Instituto Arcor Brasil	0	0	0	0	0	2	2	0	0	2	3	0	3	3	3	0	18	54,55%
Instituto C&A	1	0	0	1	1	2	0	0	0	2	3	3	3	0	0	0	16	48,48%
Instituto Cyrela	1	0	1	1	1	2	2	0	0	2	3	0	0	0	0	0	13	39,39%
Instituto Jama	0	0	0	1	0	2	2	0	0	2	3	0	0	0	0	0	10	30,30%
Instituto Natura	0	0	0	0	1	2	2	2	0	2	3	3	3	3	3	0	24	72,73%
Instituto Desiderata	1	1	1	1	1	2	2	2	2	2	0	0	3	3	3	0	24	72,73%
Instituto Wal-Mart	0	0	1	1	1	2	2	0	2	2	3	0	0	3	3	0	20	60,61%
TOTAL	14	11	10	15	10	30	30	16	10	34	51	9	36	30	33	6	345	58,08%

APÊNDICE L – Análise com escore da área do Meio Ambiente

ÁREA- MEIO AMBIENTE	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15	16	TOTAL	%
Aldeias Infantis SOS	1	1	1	1	1	2	2	2	0	2	3	0	3	3	3	0	25	75,76%
Fundação ArcelorMittal Brasil	1	1	1	1	1	2	2	2	0	2	3	0	0	0	0	0	16	48,48%
Fundação Banco do Brasil	1	1	1	1	1	2	2	2	0	2	3	3	3	3	3	0	28	84,85%
Fundação Grupo Boticário	0	1	1	1	1	2	2	2	0	2	3	3	3	3	3	0	27	81,82%
Fundação Odebrecht	1	1	0	1	0	2	0	2	0	2	3	0	3	0	0	0	15	45,45%
Instituto Arapyau	1	1	1	1	1	2	2	0	0	2	3	0	3	0	3	0	20	60,61%
Instituto Clima e Sociedade	1	1	1	1	1	2	2	2	2	2	3	3	3	3	3	0	30	90,91%
Instituto Coca-Cola Brasil	1	1	0	1	0	0	0	0	0	0	3	0	3	0	0	0	9	27,27%
Instituto EDP	0	0	1	1	1	2	0	0	0	2	3	0	3	3	3	0	19	57,58%
Instituto Estre	1	1	1	1	1	0	0	0	0	2	3	0	3	0	0	0	13	39,39%
Instituto Invepar	0	0	0	1	1	0	0	0	0	0	3	0	0	0	0	0	5	15,15%
Instituto Lina Galvani	1	1	1	1	1	2	2	0	0	2	3	0	0	0	0	0	14	42,42%
Instituto Triunfo	1	1	1	1	1	2	2	2	2	2	3	3	3	3	3	0	30	90,91%
Fundação Avina	1	1	1	1	1	2	0	0	0	2	3	3	3	0	3	0	21	63,64%
SITAWI Finanças do Bem	1	1	0	1	1	2	2	2	2	2	3	0	3	3	3	0	26	78,79%
TOTAL	12	13	11	15	13	24	18	16	6	26	45	15	36	21	27	0	298	60,20%

APÊNDICE M – Análise com escore da área Cultura

ÁREA-CULTURA	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15	16	TOTAL	%
Movimento Arredondar	1	1	1	1	1	2	0	0	2	2	3	0	0	0	0	0	14	42,42%
Oi Futuro	1	1	0	1	1	2	2	0	0	2	3	0	0	0	0	0	13	39,39%
TOTAL	2	2	1	2	2	2	1	0	1	2	2	0	0	0	0	0	27	40,91%

APÊNDICE N – Análise com escore da área da Educação, Meio Ambiente e saúde

ÁREA - EDUCAÇÃO, MEIO AMBIENTE E SAÚDE	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15	16	TOTAL	%
Fundação Cargill	1	1	1	1	1	2	0	0	0	2	3	0	0	0	0	0	12	36,36%
Instituto Algar	1	1	1	1	1	0	0	0	0	0	3	0	0	0	0	0	8	24,24%
TOTAL	2	2	2	2	2	2	0	0	0	2	6	0	0	0	0	0	20	30,30%